



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB  
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD  
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica

---

## **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em PEDAGOGIA /EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Comissão de Elaboração:

Silvana Lúcia da Silva Lima (UFRB)  
Tatiana Ribeiro Velloso (UFRB)  
Idalina S. Mascarenhas Borghi (UFRB)  
Kássia Aguiar Norberto Rios (UFRB)  
Gilsélia Macedo Cardoso Freitas (UFRB)  
Rita de Cácia Santos Chagas (UFRB)

Feira de Santana – BA  
2014

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b>	<b>6</b>
<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>7</b>
<b>PRINCIPIOS NORTEADORES</b>	
<b>BASE LEGAL</b>	<b>23</b>
<b>OBJETIVOS</b>	<b>25</b>
<b>PERFIL DO EGRESSO</b>	<b>28</b>
<b>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</b>	<b>29</b>
<b>ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - MATRIZ CURRICULAR</b>	<b>31</b>
<b>MATRIZ CURRICULAR POR EIXOS FORMATIVOS</b>	<b>32</b>
<b>ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>34</b>
<b>NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO</b>	<b>37</b>
<b>METODOLOGIA</b>	<b>39</b>
<b>ATENDIMENTO AO DISCENTE</b>	<b>43</b>
<b>EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES -</b>	<b>46</b>
<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>84</b>
<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>85</b>
<b>AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DA</b>	<b>87</b>
<b>APRENDIZAGEM DO DISCENTE</b>	
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>90</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>92</b>

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, tendo sede e foro no Município de Cruz das Almas (BA).

A criação da UFRB decorre da proposta do governo federal de expansão e interiorização do ensino superior (Programa Expandir), sendo a segunda Instituição Federal de Ensino Superior instalada na Bahia. Sua história se inicia nas últimas décadas do século XX, marcada com manifestações da sociedade baiana, através de iniciativas da Reitoria da Universidade Federal da Bahia, promovendo audiências públicas e de mobilização de parlamentares do Recôncavo da Bahia e do Vale do Jiquiriçá, em prol da criação de uma universidade nesta Região. Porém, somente em 2005 foi implantada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Possui uma organização interna que permite grande possibilidade de inclusão social e promoção do desenvolvimento (territorial) do interior do estado, sobretudo nas regiões do Recôncavo da Bahia e Vale do Jiquiriçá. Concebida como um modelo multicampi, a Instituição é composta por seis Centros, em cinco municípios da Região do Recôncavo Sul da Bahia: Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB); Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Formação de Professores (CFP); Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS); e Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT). A UFRB possui 46 (quarenta) cursos de graduação e em média 700 docentes.

Dentre estes cursos destacamos as Licenciaturas voltadas, especificamente, para a formação de profissionais qualificados para atuarem nas escolas do campo, área em que esta proposta está vinculada.

A trajetória da Educação do Campo na UFRB inicia-se no Centro de Formação de Professores (CFP/UFRB), com sede Amargosa - Bahia, criado em 2006. Atualmente este centro oferece nove cursos de Licenciatura: Física, Matemática, Pedagogia (diurno), Pedagogia (noturno), Filosofia, Química, Letras/Libras e Educação Física. Recentemente aprovou junto ao MEC um curso de Licenciatura em Educação do Campo (Área Ciências Agrárias); possui um curso de Pós- graduação *lato sensu* - Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro onde 36 (trinta e seis) estudantes já apresentaram suas monografias de final de curso, orientados por 27 (vinte e sete) docentes e, um Mestrado Profissional em Educação do Campo.

A trajetória na Graduação (oferta do componente curricular Educação do Campo nos cursos de Pedagogia- componente curricular optativo e a aprovação do curso de Licenciatura em Educação do Campo), na Pós Graduação (Especialização e Mestrado) e nos diversos projetos já desenvolvidos permitiu a aproximação dos docentes do CFP/UFRB com os propositores da proposta do curso Superior em Tecnologia em Agroecologia junto ao PRONERA/INCRA.

É importante destacar que parte dos docentes que compõe os cursos de Educação do Campo no CFP está envolvida diretamente com a implantação do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da Natureza e Matemática do CETENS (Campus Feira de Santana), um dos parceiros desse projeto.

A construção do projeto político pedagógico do Curso de Licenciatura em **Pedagogia**

**com ênfase em Educação do Campo** é uma proposta que emerge no âmbito dos movimentos sociais e sindicais do campo, articulada com o coletivo que compõe o Núcleo da Educação do Campo da UFRB, que envolve os docentes do Centro de Formação de Professores – CFP e do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS empenhados no processo de construção e implantação de um Centro de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da UFRB.

O referido Curso faz parte do Programa Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) em parceria com a UFRB e destina-se aos docentes em exercício da profissão, na rede pública de educação básica que não tenha formação superior ou que, mesmo tendo essa formação se disponham a realizar cursos de licenciatura na etapa/disciplina que atua em sala de aula. O curso será destinado, também, a trabalhadores(as) das comunidades tradicionais e escolas do campo que estejam desenvolvendo ações nos espaços mencionados.

A natureza e caráter especial do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo proposto está relacionada a três aspectos que o distingue:

1. **PARCERIA UFRB/PARFOR** - Será um curso oferecido pela UFRB em adesão ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) por meio de parceria firmada com o MEC/CAPES para atendimento de demandas específicas atuais de municípios das regiões: Metropolitana de Salvador; Recôncavo Baiano, Baixo Sul, Vale do Jiquiriçá e Território do Sisal.
2. **PÚBLICO-ALVO E LOCAL** – O curso proposto funcionará sustentado pelos princípios da Pedagogia da Alternância coadunados com os pressupostos da Educação do Campo. Assim, os tempos formativos compreendem o Tempo Universidade - TU com duração de duas etapas por semestre no período estimado 25 dias cada etapa e a sua articulação com o Tempo Comunidade - TC acontecerá nos demais períodos. O público alvo será de 60 professores em exercício na rede pública da Educação Básica e em atividades educativas financiadas por órgãos públicos (30 em 2015 e 30 em 2016), que residam e/ou trabalhem em escolas do campo (áreas de assentamento, acampamentos e de comunidades tradicionais) e ainda não possuem a formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na área em que atua nos municípios atendidos, conforme demandas regionais verificadas. Serão incluídos, também, nessa proposta trabalhadores(as) das comunidades tradicionais e escolas do campo que estejam desempenhando ações nos espaços mencionados.
3. O curso será ofertado no município de Feira de Santana, de acordo com a demanda apresentada pelos movimentos sociais.
4. **NATUREZA DA GESTÃO E FINANCIAMENTO** - Será um curso sustentado pelos princípios da Pedagogia da Alternância coadunados com os pressupostos da Educação do Campo, com carga horária dividida entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade, com o tempo de integralização de sete semestres), coordenação e financiamento específicos da docência vinculados ao PARFOR (CAPES/MEC).

Nesse sentido, este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, proposto pela UFRB e tem por finalidade orientar as práticas pedagógicas, as atividades de pesquisa e os trabalhos de extensão do curso. O PPC de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo foi sistematizado por uma equipe multidisciplinar, constituído por representantes do Centro de Formação de Professores - CFP, do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS, dos Movimentos Sociais e Sindicais, o que configura uma proposta bem articulada com os objetivos e princípios da Educação do Campo desenvolvidos

nesta Universidade.

Por fim, o curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB consistirá em uma proposta formativa que visa preparar professores(as) para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na modalidade Educação de Jovens e Adultos das escolas do campo, contribuindo para o processo educativo dos acampados, assentados e comunidades tradicionais.

A base curricular do curso será organizada por meio de eixos formativos compreendendo estudos básicos, composto pelos componentes curriculares que sustentam a pedagogia, dialogando com a formação específica requisitada aos professores que irão atuar nas escolas e com os sujeitos do campo, no decorrer de todo curso.

Reiteramos que o curso funcionará através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR sustentado pelos princípios da Pedagogia da Alternância, coadunados com os pressupostos da Educação do Campo, sendo articulado com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, os tempos formativos compreendem o Tempo Universidade- TU com duração de duas etapas por semestre no período estimado de 25 dias cada etapa e a sua articulação com o Tempo Comunidade-TC acontecerá nos demais períodos. Cabe destacar, que a realização do Tempo Universidade poderá ocorrer no período de recesso escolar dos discentes, de modo a ser compatível com suas atividades em sala de aula.

Assim, pretende-se com esse curso contribuir para afirmar as identidades dos povos do campo, no que preconiza o Plano Nacional de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e o Decreto Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**Formulário N°  
02**CURSO:** Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo**MODALIDADE:** Presencial em regime de Alternância.**VAGAS OFERECIDAS:** 60 (sessenta) vagas, com entrada da primeira turma em 2015 e a segunda turma em 2016.**TURNO DE FUNCIONAMENTO:** Período noturno.**DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA:***Componentes Curriculares:*

- *Obrigatórias:* **3154 h**
- *Optativas:* **102h**
- *Estágio Curricular Obrigatório:* **400h**
- *Atividades Curriculares Complementares (ACC):* **200h**
- *Trabalho de Conclusão de Curso:* **136 h**
- *Carga Horária Total do Curso:* **3456 h**

**TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO:**

Tempo Mínimo: sete semestres

Tempo Médio: nove semestres

Tempo Máximo: onze semestres

**TEMPOS FORMATIVOS:** Tempo Comunidade e Tempo Universidade.**FORMA DE INGRESSO:** Processo seletivo especial.**REGIME DE MATRÍCULA:** Modular. Em todos os semestres os componentes são pré-estabelecidos. No 1º semestre é obrigatório a matrícula em todos os componentes ofertados. Nos semestres posteriores, dar-se-á possibilidade da realização de possíveis ajustes, para atender a demanda dos estudantes.**Ato Autorizativo:** Resolução UFRB/ CONAC n°005/2016**COORDENADOR:** Idalina Souza Mascarenhas Borghi Siape: 2085096

As reivindicações históricas dos povos do campo na área da educação começam a ganhar materialidade enquanto política pública nos últimos dez anos. Dando consequência às lutas do século XX, principalmente da década de 90, e superando conceitualmente os limites da Educação Rural, os movimentos sociais avançaram na construção de uma matriz teórica que subsidia o que hoje chamamos de Educação do Campo.

Na luta pela reforma agrária e por condições adequadas para viver no campo, os povos do campo identificaram que é preciso avançar, ao mesmo tempo, na elevação do padrão cultural dos trabalhadores e, neste sentido, a ampliação do acesso à educação escolar ganha destaque. Neste contexto, reconhecemos como imprescindível trabalhar com uma teoria educacional que permita ultrapassar a mera constatação das práticas (DUARTE, 1993), que tem por objetivo oferecer subsídios para a transformação das relações sociais no campo, sem perder de vista a importância da universalidade dos conhecimentos. É preciso também ter claro o projeto histórico que guia a prática pedagógica e delinea as mediações pedagógicas necessárias para a construção intencional do processo educativo (FREITAS, 1995).

Diante dos desafios que são múltiplos e inter-relacionados, a interdisciplinaridade é uma necessidade. Longe de ser uma imposição conceitual é um desafio que questiona a formação fragmentada, pois articula os conhecimentos específicos de cada área visando construir alternativas conjuntas frente às problemáticas cotidianas. Para isso, é necessária outra forma de organizar a aprendizagem e a produção do conhecimento.

A metodologia proposta neste curso tem como orientação articular a pesquisa, o ensino e a extensão, com o objetivo de criar condições teórico-metodológicas para que os licenciandos façam estudos, diagnósticos e projetos que problematizem os elementos concretos de sua realidade e de sua intervenção profissional. Este curso valoriza, também, a auto-organização dos estudantes, no intuito de possibilitar espaços para a autonomia e o protagonismo destes no processo educacional (PISTRAK, 1981).

Para atingir seus objetivos formativos, é imprescindível que o trabalho pedagógico seja organizado no processo de alternância, cujas atividades de ensino, pesquisa e extensão são distribuídas em dois tempos-espacos formativos: Tempo Universidade (TU) onde são desenvolvidas distintas atividades didáticas presenciais e o Tempo Comunidade (TC) caracterizado pela realização de leituras básicas e complementares do Curso, pesquisas diagnósticas locais e ações de extensão nas regiões de atuação profissional dos licenciandos. Durante o TC os discentes são acompanhados pelos docentes vinculados ao Curso, de forma presencial. Para possibilitar as atividades propostas, os componentes curriculares são organizados em módulos semestrais, sendo um módulo por semestre, composto por períodos de TU e TC, garantindo assim as condições de permanência dos/as estudantes trabalhadores. Compreendendo que a garantia da qualidade do curso irá repercutir diretamente nas condições de trabalho dos(as) professores(as), uma vez que se apropriando dos conhecimentos acerca de como acontece as dinâmicas de desenvolvimento humano (cognitivo, social, motor...), os professores cursistas poderão fazer intervenções mais apropriadas as realidades da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e da modalidade educação de jovens, adultos e idosos, uma vez que o curso de Pedagogia proposto está priorizado esses níveis de escolarização.

Se observarmos a formação dos profissionais para a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos iremos perceber que historicamente, o processo de educação escolar no Brasil foi marcado pela exclusão das camadas populares da sociedade. Para Moll (1996), a história da rede pública de ensino no Brasil é uma história de seletividade. Por sua vez, segundo Ahys Siss (1999), a existência de uma política educacional de governo é muito recente (menos de meio século). Anterior a essa iniciativa do estado brasileiro, a educação letrada no país era privilégio de uns poucos indivíduos. Portanto, o desafio que esse contexto impõe é o de analisar as possibilidades de a escola romper com essa lógica perversa, tornando-se para os grupos populares um espaço de aprendizagem em igualdade de condições, tomando como princípio político a educação como uma questão de direito.

Nesse cenário, a Educação Básica no Brasil apresenta-se como uma questão que tem mobilizado as políticas públicas educacionais atuais no sentido de promover ações cujo foco seja à promoção de sua qualidade. Especificamente, tratando-se da Educação do Campo, identificamos historicamente a ausência do Estado brasileiro na promoção de políticas públicas que garantissem a democratização e a qualidade da educação destinada à população que vive no campo.

Para Arroyo, “a história nos mostra que não temos uma tradição nem na formulação de políticas públicas, nem no pensamento e na prática de formação de profissionais da educação que focalize a educação do campo e a formação de educadores do campo como preocupação legítima” (ARROYO, 2007, p. 158).

Partimos do pressuposto de que a falta de qualidade da Educação Básica no Brasil e, especificamente, a educação ofertada para os sujeitos do campo, além de outras variáveis e condicionantes históricos, é fruto da falta de uma política efetiva de Estado no campo da formação de professores. Para Freitas (2007), a formação de professores no Brasil sempre foi uma “prioridade postergada”; para Gatti, ela tem ocupado um lugar secundário e é “considerada atividade de menor categoria” (2009, p. 152). Em se tratando da formação de educadores do campo, Antunes-Rocha (2011, p. 01) denuncia que “há um evidente descompasso entre a formação dos professores que atuam nas escolas urbanas” e as escolas do campo.

Dados do Censo Escolar INEP (2011) também indicam a fragilidade na política de formação de professores. Dos 342.845 professores que atuam no campo, 160.317 não possuem nível superior. Destes, 156.190 possui o ensino médio e 4.127 possui apenas o ensino fundamental (PRONACAMPO, 2012, p.10).

Os cursos de graduação têm como objetivo proporcionar uma formação de base acadêmica e profissional que possibilite ao sujeito uma inserção no seu contexto de atuação, de forma que ele possa responder crítica e competentemente às demandas oriundas do seu campo de trabalho. Com base nessa premissa, uma questão que se coloca é pensar em que medida a formação dada nos cursos de licenciatura tem possibilitado aos sujeitos a construção de saberes, competência e identidade profissional voltados para as singularidades da educação do campo? Nesse sentido, Antunes-Rocha (2011, p. 2) coloca a necessidade de investimento na formação inicial de professores da Educação do Campo, considerando que o fato de existir um número razoável de professores com formação em nível superior, não dá garantia de que estejam recebendo formação específica para trabalhar com as especificidades dos povos do campo. A falta desta formação pode desencadear na repetição do processo histórico denominado de “ciclo vicioso”, a atuação dos professores nas escolas do campo é somente uma passagem enquanto esperam a transferência para escolas urbanas. Daí o risco da manutenção das representações depreciativas das formas de produção da vida no campo, distanciando a educação das dimensões políticas, culturais e econômicas dos povos campestres.

Em grande medida, os professores destinados para lecionar nas escolas do campo são considerados “inaptos” para atuar nas turmas das escolas da zona urbana ou são para lá encaminhados como forma de “punição” em virtude das relações políticas muitas vezes estabelecidas nas regiões interioranas do País. São docentes que, na maioria dos casos, infelizmente não possuem uma formação política e pedagógica adequadas para lidar com a realidade específica da educação do campo (MOURA e SANTOS, 2012).

Essa realidade ainda se agrava pela ausência ou pelo acanhamento das políticas públicas destinadas a este contexto, principalmente nas políticas de formação inicial e continuada de professores. Ainda conforme Antunes-Rocha (2011, p. 01), “Esta situação nos instiga a elaborar políticas públicas que possam, entre outras condições, criar possibilidades para a formação dos docentes, bem como, criar condições para uma atuação digna”. Por isso, enfatizamos a necessidade das políticas de formação docente e das instituições que têm por objetivo a formação de professores incorporarem, ao âmbito curricular, o debate da Educação do Campo, suas concepções, princípios, metodologias, dinâmicas e as singularidades implicadas e reafirmamos a necessidade de uma educação e formação de professores das escolas do campo contextualizada e assim a importância da criação de novos cursos voltados à especificidade que envolve os povos do campo.

Dessa forma, observa-se que a educação do campo e a oferta de cursos voltados à formação de professores, a exemplo da **Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo**, aqui proposto, constituem-se instrumentos de fortalecimento de luta e resistência das comunidades tradicionais que compõem o campo baiano. Neste sentido, a ampliação e qualificação das ações desenvolvidas pela UFRB na região, poderão propiciar acesso a uma formação qualificada para os povos do campo e, assim, efetivar a responsabilidade social que constitui uma das funções assumidas pela UFRB no contexto educacional baiano.



<b>PRINCIPIOS NORTEADORES</b>	<b>Formulário</b>
	<b>Nº 04</b>

### **Dos princípios**

Os princípios do curso são aqueles destacados no Decreto 7.352, de 01/11/2010, a saber:

I – Respeito a diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II – Incentivo a formação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III – Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social d vida no campo;

IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologia adequada às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V – Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

### **Das bases conceituais fundamentais**

As bases conceituais que fundamentam o curso parte da Concepção de Campo, Educação e Política Pública construídas historicamente pelo movimento nacional Por Uma Educação do Campo em articulação com as universidades públicas, movimentos sociais e sindicais e demais instituições governamentais, sobretudo àquelas produzidas pelos intelectuais orgânicos que fundamentaram teoricamente as práticas educativas da Educação do Campo através de ampla literatura produzida nos últimos anos do século anterior e nas décadas deste século.

A concepção de Campo ao longo da materialidade histórica é pensada na perspectiva da agricultura camponesa, que segundo Carvalho e Costa (2012), é o modo de fazer a agricultura e o viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta resolvem seus problemas. Ainda com autores,

Os camponeses instauram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares, mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmadas no tempo. (p.26)

Nesse sentido a concepção de Educação é atravessada pela busca de elementos, processos e movimentos que contribuam para a constituição da realidade do camponês mediante um cenário onde a educação básica do campo está inserida em meio à luta pelos direitos humanos. Ainda, é necessário considerar que o Movimento toma a premissa constitucional do direito como ~~bandeira de luta e afirma a educação como direito de todos ao acesso e à permanência na escola.~~ Isso significa articular o direito à educação com a implantação de políticas públicas próprias para os povos do campo, o que exige necessidade de elaboração, financiamento, implementação

e avaliação das políticas pensadas a partir das especificidades de quem vive no/do campo.

### **Dos pilares**

A escola é um dos pilares que atravessa o debate da Educação do Campo. De acordo com Molina e Sá (2012) a escola “se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana no contexto da luta por educação e terra”. (p.324). Trata-se, portanto, de uma escola que se enraíza no processo histórico de luta de acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização, por isso, o educador é visto como um intelectual orgânico e a Educação do Campo no conjunto das atividades culturais e ideológicas da luta de classes, cujo projeto é antagônico ao projeto do capital, sua lógica é assentada num Projeto de Nação (histórico; projetos em disputa, mobilização/superação). O financiamento, Organização do Trabalho Pedagógico, Projeto Político Pedagógico, Currículo, Cooperação Agroecologia são pilares fundantes para a Educação do Campo.

### **Das teorias pedagógicas fundantes**

As teorias pedagógicas que embasam a Educação do Campo está amparada na Educação Popular e Pedagogia da Autonomia (Freire) – vínculo com a realidade dos educandos; Pedagogia socialista – vínculo com o mundo do trabalho e a auto-organização dos estudantes e trabalhadores e Pedagogia do Movimento – vínculo com a luta política.

### **Da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão**

Conforme ventilado anteriormente, o curso tem no regime de alternância dos tempos educativos, **Tempo Universidade- TU e Tempo Comunidade-TC**, a possibilidade de articular o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido a importância da pesquisa como uma prática possível em toda ação educativa e, especialmente, para ser desenvolvida no curso, tem na sua especificidade pedagógica o desafio de relacionar o **TU** ao **TC**, associando o conhecimento teórico às atividades de extensão nas comunidades, sendo permeadas, portanto, pela pesquisa. Acreditando na possibilidade de comunicação desses três eixos o projeto do curso tem na matriz curricular componentes que dialogam entre si e ao mesmo tempo indicam necessariamente a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo está respaldado nos marcos da legislação oficial, e sua estruturação considera as seguintes orientações:

**a) Geral**

1. Lei 11.151/2005, que dispõe sobre a criação da UFRB;
2. Estatuto e Regimento Geral da UFRB;
3. LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
4. LEI Nº 13.005, DE 25 JUNHO DE 2014 - Plano Nacional de Educação – PNE;
5. Lei nº 11.645/2008, que estabelece a inclusão da temática História, Cultura Afro-brasileira e Indígena, no oficial das redes de ensino;
6. Resolução CNE/CP nº 1/2004, amparada pelo Parecer CNE/CP nº 3/2004, que prevê as Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-raciais;
7. Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental;
8. Lei nº 11.788/2008, Lei do Estágio;
9. Resolução CNE/CP nº 1/2012, estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
10. Decreto nº 5626/2005, que trata do Ensino de Libras. Resolução da UFRB/CONAC nº14/2009, que dispõe sobre a inserção da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório para os cursos de Licenciatura e optativo nos curso de Bacharelado e Superiores de Tecnologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;
11. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010 (\*) Define Diretrizes Curriculares Nacionais
12. **Portaria Normativa nº 40/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010**, que trata de dispositivos legais acerca de informações acadêmicas.
13. [Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012](#) - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
14. **Educação Especial** - Decreto nº 7611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências
15. **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, conforme disposto na Lei nº 12.764/2012.
16. Núcleo docente Estruturante (NDE), Resolução CONAES nº 1/2010
17. Novo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação- SINAES (Brasília, 2016)- Observar os indicadores que subsidiam os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento para incorporação dos requisitos necessários ao reconhecimento do curso.
18. **Portarias Periódicas do INEP** que dispõem sobre o componente de Formação Geral que integra o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes como parte integrante do Sistema

Nacional de Avaliação. Últimas atualizações: Portaria MEC/INEP nº 244/2013 e Portaria MEC/INEP nº 255/2014.

19. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

20. **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE AGOSTO DE 2017** - Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação

### **Gerais para a Educação Básica;**

21. RESOLUÇÃO nº 3, de 15 de junho de 2010 (\*) - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos, desenvolvida por meio da Educação a Distância;

22. Resolução CNE nº5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

23. Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

24. Resolução UFRB/CONAC nº 4 de 2007, que dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciatura da UFRB;

25. Regulamento de Graduação da UFRB.

### **b) Formação de Docentes da Educação Básica**

1. RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 (\*) (\*\*) (\*\*\*) - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

2. RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 (\*) - Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;

3. RESOLUÇÃO CNE/CP nº1, de 17 de novembro de 2005, que altera a Resolução CNE/CP nº1/2002.

4. RESOLUÇÃO CNE/CP nº1/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

5. Decreto nº 6.755/2009 - Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

6. Portaria Normativa MEC nº 9/2009 - Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação.

7. Resolução CONAC 16/2008 - Trabalho de Conclusão do Curso (TCC);

8. Resolução 031/2011 - Regulamento de Estágio do curso de Licenciatura em Pedagogia.

9. Resolução UFRB/CONAC nº 038/2011, que dispõe sobre o regulamento geral para estágios nos cursos de graduação desta Universidade.

### **c) Da Educação do Campo**

1. RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
2. RESOLUÇÃO nº 2, de 28 de abril de 2008 (\*)-Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;
3. DECRETO nº 7.352, de 04 de novembro de 2010 - Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA;
4. MINUTA ORIGINAL, 2006 – Licenciatura (Plena) em Educação do Campo – PROCAMPO.

**OBJETIVOS****Formulário  
Nº 06****GERAL:**

O curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB consistirá em uma proposta formativa que visa preparar professores(as) em exercício na rede pública de educação básica, para a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental e a modalidade educação de jovens e adultos das escolas do campo, contribuindo para o processo educativo das populações que vivem e trabalham no/do campo e na construção de ações pedagógicas condizentes com a diversidade dessas populações. Colaborando assim, para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

**ESPECÍFICOS:**

I – Mobilizar uma formação na e para a prática docente orientada pelas concepções e princípios da Educação do Campo, tendo como ponto de partida a experiência do educador em vista de aprimorar as práticas pedagógicas em constante diálogo entre o saber científico e os saberes da experiência.

II – Preparar o professor para o gerenciamento de sua prática docente e o consequente exercício do planejamento crítico-reflexivo, visando o atendimento da diversidade que constitui as escolas do campo.

III – Subsidiar a construção coletiva de projetos educacionais em diálogo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as demandas que envolvem os municípios de origem dos professores em formação.

IV - Contribuir para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo, socializando/construindo novas alternativas de organização escolar e pedagógica para as escolas do campo;

V – Promover uma formação para a práxis pedagógica que colabore com a compreensão do fenômeno educativo contemporâneo nas dimensões político, social, cultural, ambiental e humana no contexto dos povos do campo.

**PERFIL DO EGRESSO****Formulário  
Nº 07**

O Licenciado em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo deverá apresentar um repertório de conhecimentos profissionais orientados pelas concepções e princípios da Educação do Campo. Essas aprendizagens serão resultantes de vivências formativas pautadas nas inovações pedagógicas, culturais, políticas de base crítica, permitindo ao educador a construção de um perfil pedagógico-científico capaz de:

- Organizar a práxis pedagógica ancorado em princípios éticos, comprometidos com a formação de sujeitos autônomos e solidários, vislumbrando a construção de uma sociedade justa e menos desigual;
- Mediar com competência, o processo de ensino e de aprendizagem em espaços educativos escolares e não-escolares;
- Preparar professores para atuarem na Educação Infantil (0 a 5 anos), capacitados para cuidar e educar de forma a contribuir para o seu desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social;
- Mediar a aprendizagem de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos, adequando as práticas pedagógicas aos tempos de vida e realidade dos sujeitos, em vista de fortalecer o seu desenvolvimento e suas aprendizagens;
- Oferecer condições de aprendizagem dos conteúdos previstas para Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, Artes, Educação Física de maneira interdisciplinar adequando as diversas fases da vida;
- Oferecer subsídios para lidar com autonomia e criticidade com os marcos legais da Educação e com os instrumentos de avaliação internos e externos;
- Criar estratégias de mediação de práticas pedagógicas e produção de conhecimentos apropriados à mudança da realidade das escolas do campo;
- Fazer a gestão de processos educativos escolares e comunitários, considerando a complexidade e diversidade do campo, suas escolas, seus sujeitos, tempos e espaços (biomas);
- Compreender o processo histórico que envolve a complexidade do campo baiano e brasileiro;

Portanto, o licenciado em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo será capaz de considerar a diversidade das experiências educacionais e de desenvolvimento territorial agrário que vêm sendo desenvolvidas por movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições públicas, associação de agricultores familiares, pescadores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, etc.

**COMPETÊNCIAS E HABILIDADES****Formulário  
Nº 08**

O Curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo ofertado no turno noturno na UFRB, respeitando o perfil profissiográfico traçado, destina-se a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e nas áreas de serviço e apoio escolar em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, nas escolas do campo.

O licenciado em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, egresso deste processo formativo, poderá atuar ainda na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educacionais escolares e não-escolares; na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

O estudante da referida Licenciatura trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Além dessas prerrogativas, outras ajudam a delinear as competências e habilidades de que deve compor o repertório de saberes do educador(a) em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, formado(a) a partir dessa proposta:

A área de atuação profissional de acordo com o Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, para egresso desse curso será nas seguintes funções:

**1) Docência na Educação Básica e Superior:**

- i) Nas escolas do campo que ofertem a Educação Básica, no âmbito dos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas suas diversas modalidades (Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil, Classes Multisseriadas, Alfabetização);
- ii) Nas escolas do campo, mediando o diálogo específico da Educação do Campo;
- iii) Junto à comunidade escolar, na orientação, elaboração e acompanhamento de projetos pedagógicos pautados na Pedagogia da Alternância;
- iv) Em Escolas Famílias Agrícolas;
- v) Em Instituições de Ensino Superior (IES) e nos Institutos Federais (IF) de ensino ou similares, no campo específico da Educação do Campo;
- vi) Em instituições de pesquisa que dialoguem com processos de ensino-aprendizagem no campo específico da Educação do Campo.



**2) Gestão de Processos Educativos Escolares:**

- i) Atuar junto às ações organizativas voltadas para a construção do projeto político-pedagógico, para a organização do trabalho escolar e do trabalho pedagógico, tendo como ênfase a contribuição para o desenvolvimento agrário do território no qual estão inseridos;
- ii) Nas Secretarias de Educação fazendo gestão das políticas e processo educativos orientados para as escolas e comunidades camponesas;
- iii) Em Secretarias de Estado (municipais, estaduais e ministeriais) para conceber/gestar e executar projetos e programas educativos voltados para o desenvolvimento agrário junto a instituições públicas, cooperativas, ONGs e outras instituições congêneres, especialmente vinculadas a processos, ações e atividades educacionais voltadas para o campo;

**3) Docência e Gestão de Processos Educativos e Sociais nas Comunidades e Assentamentos Rurais;**

- i) Atuar junto à comunidade escolar na orientação e elaboração de projetos educativos vinculados ao saber e produção camponesa.
- ii) Desenvolver trabalhos de coordenação pedagógica em cursos formais e não formais de Educação do Campo, Pedagogia da Alternância ou áreas afins
- iii) organizar práticas pedagógicas que atendam as demandas de aprendizagem, do saber escolarizado, de crianças, jovens, adultos e idosos das escolas do campo.

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR****Formulário N° 9****1. ESTRUTURA PEDAGÓGICA**

As diretrizes de formação do Curso de Pedagogia deve criar condições para atender as especificidades dos diferentes espaços educativos (escolar e não escolar), no intuito de viabilizar as diferentes formas de aprendizagens contextualizadas, o que exige uma formação interdisciplinar articulada com diferentes áreas do conhecimento.

Neste sentido, na sua estrutura pedagógica - o Curso de Licenciatura em Pedagogia Com ênfase em Educação do Campo trabalha com os tempos formativos - Tempo Universidade e Tempo Comunidade, constituídos da seguinte forma:

A carga horária dos componentes curriculares alternam entre 68h e 34h a depender da natureza do componente curricular. Assim, são 34h no Tempo Universidade e 34h no Tempo Comunidade, no caso do componente curricular de 68h. O Tempo Universidade acontece com aulas teóricas presenciais no espaço universitário, ao tempo em que, o Tempo Comunidade acontece no espaço escolar/município onde o professor cursista é lotado.

No Tempo Comunidade são desenvolvidas atividades teóricas/práticas nas salas de aulas dos/estudantes com os professores cursistas. Os professores da universidade, responsáveis pelos componentes, vão para as escolas dos municípios para trabalharem com os professores cursistas em suas salas de aula com o objetivo de articular de forma contextualizada teoria/prática e reduzir o distanciamento entre universidade e a escola básica.

**2. TRIPÉ: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

O ensino, a pesquisa e extensão se configuram parte constitutiva da formação e da prática docente. Formar professores extensionistas pressupõe a inclusão da prática investigativa na sua formação e o desenvolvimento da capacidade de observar a realidade e intervir. Nessa perspectiva, se faz necessário integrar a dimensão prática, bem como, a extensão e a pesquisa, desde os primeiros períodos do Curso.

Por esse veio, atendendo a Lei Federal 13.005/2014 que versa sobre a curricularização da extensão, no curso de Pedagogia são destinadas 34h em todos os semestres do curso, totalizando 238h, para o trabalho voltado ao ensino/extensão através do componente curricular Seminário Integrador. Um docente da universidade é responsável pelo componente curricular e articula o trabalho de campo entre todos os componentes curriculares do curso e os professores cursistas nos sete Seminários.

## ORGANIZAÇÃO CURRICULAR – MATRIZ CURRICULAR

**Formulário  
Nº 9A**

MODULO I	MODULO II	MODULO III	MODULO IV	MODULO V	MODULO VI	MODULO VII
Concepções e Princípios da Educação do Campo (68h)	Questão Agrária (68h)	Direitos Humanos, Agrário e Ambiental (68h)	Formação do Educador do Campo (68h)	Educação no Contexto do Semiárido (34h)	Políticas Públicas e Educação do Campo (68h)	Fundamentos da Agroecologia, Cooperação e Economia Solidária (68h)
Pesquisa e Educação do Campo (68h)	Capital, Trabalho e Educação (68h)	Libras (68h)	Fundamentos Pedagógicos do Ensino e Aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (68h)	Fundamentos da Matemática (68h)	Arte /Educação e Modos de Expressão dos Movimentos Sociais do Campo (68h)	
História do Brasil e Movimentos Sociais do Campo (68h)	História da Pedagogia e das ideias pedagógicas (68h)	Educação de Jovens, Adultos (e Idosos) (68h)	Avaliação na perspectiva da Educação do Campo (68h)	Prática reflexiva do Ensino e Aprendizagem de História (68h)	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Matemática (68h)	Estágio Curricular Supervisionado IV de Gestão dos Processos Educativos em Ambientes Não Escolares (80h)
					Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I (68)	
Leitura e Produção de Texto I (68h)	Leitura e Produção de Texto II (68h)	Psicologia da Educação (68)	Fundamentos Teóricos para o Ensino de Ciências (68h)	Currículo e Planejamento Pedagógico para as Escolas do Campo (68h)	Estágio Curricular Supervisionado III em Educação de Jovens,Adultos (e Idosos) (100h)	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II (68)
Didática (68h)	Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo (68h)	Alfabetização e Letramento (68h)	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa (68h)	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de Ciências (68h)	Seminário Integrador VI (34h)	
Epistemologias da aprendizagem (68h)	Educação Infantil (68h)	Corpo, Movimento e Ludicidade (34h)	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de Geografia (68h)	Estágio Curricular Supervisionado II(Anos Iniciais do Ensino Fundamental) (120h)		
Informática Aplicada a Educação do Campo (34h)	Classes Multisseriadas no contexto das Escolas do campo (68h)	Educação Especial (68h)	Estágio Curricular Supervisionado I (Educação Infantil) (100h)	Pesquisa e Elaboração de Projetos (68h)		

Seminário Integrador I (34h)	Seminário Integrador II (34h)	Seminário Integrador III (34h)	Seminário Integrador IV (34h)	Seminário Integrador V (34h)		
		Optativa (34h)	Optativa (34h)	Optativa (34h)		
<b>476 h</b>	<b>510h</b>	<b>510h</b>	<b>576h</b>	<b>562h</b>	<b>406 h</b>	<b>216 h</b>

**MATRIZ CURRICULAR POR EIXOS FORMATIVOS**

**Formulário  
Nº 9B**

<b>QUADRO CURRICULAR</b>		
<b>EIXOS FORMATIVOS</b>		
<b>Formação Básica</b>	<b>Formação Sociopolítica</b>	<b>Formação Prático-Pedagógica com ênfase em Educação do Campo</b>
Informática Aplicada a Educação do Campo	História do Brasil e Movimentos Sociais do Campo	Educação Infantil
		Corpo, Movimento e Ludicidade
Pesquisa e Educação do Campo	Questão Agrária	Classes Multisseriadas no contexto das Escolas do Campo
Leitura e Produção de Texto I	Capital, Trabalho e Educação	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa
Concepções e Princípios da Educação do Campo	Políticas Públicas e Educação do Campo	Estágio Curricular Supervisionado I (Educação Infantil)
Didática	Educação no Contexto do Semiárido	Currículo e Planejamento Pedagógico para as Escolas do Campo
Epistemologias da Aprendizagem	Direitos Humanos, Agrário e Ambiental	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de Geografia
História da Pedagogia e das ideias pedagógicas	Pesquisa e Elaboração de Projetos	Educação Especial
Leitura e Produção de Texto II	Arte/Educação e Modos de expressão dos Movimentos Sociais do Campo	Fundamentos Teóricos para o Ensino de Ciências



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD  
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica

Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo	Fundamentos da Agroecologia, Cooperação e Economia Solidária	Estágio Curricular Supervisionado II (anos iniciais do ensino fundamental)
Formação do Educador do Campo	Seminário Integrador I	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Matemática
Educação de Jovens, Adultos (e Idosos)	Seminário Integrador II	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de História
Libras	Seminário Integrador III	Fundamentos da Matemática
Alfabetização e Letramento	Seminário Integrador IV	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de Ciências
Avaliação na perspectiva da Educação do Campo	Seminário Integrador V	Estágio Curricular Supervisionado III (Educação de Jovens, Adultos (e idosos))  Estágio Curricular Supervisionado IV (Gestão dos processos educativos em ambientes não escolares)
Fundamentos Pedagógicos do Ensino e Aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Seminário Integrador VI	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I
Psicologia da Educação		Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II

**ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES**  
**Componentes Curriculares Obrigatórios por Módulo**

**Formulário**  
**Nº 10**

Componentes Curriculares		Tempo Universidade	Tempo Comunidade	Carga Horária Total
I Módulo	Informática Aplicada a Educação do Campo	17	17	34
	Pesquisa e Educação do Campo I	34	34	68
	Leitura e Produção de Texto I	34	34	68
	Concepções e Princípios da Educação do Campo	34	34	68
	Didática	34	34	68
	Epistemologia da Aprendizagem	34	34	68
	História do Brasil e Movimentos Sociais do Campo	34	34	68
	Seminário Integrador I	17	17	34
<b>Carga horária do I Módulo</b>		<b>238</b>	<b>238</b>	<b>476</b>
II Módulo	Questão Agrária	34	34	68
	Capital, Trabalho e Educação	34	34	68
	Leitura e Produção de Texto II	34	34	68
	História da Pedagogia e das ideias pedagógicas	34	34	68
	Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo	34	34	68
	Educação Infantil	34	34	68
	Classes Multisseriadas no contexto das Escolas do Campo	34	34	68
	Seminário Integrador II	17	17	34
<b>Carga horária do II Módulo</b>		<b>255</b>	<b>255</b>	<b>510</b>
III Módulo	Direitos Humanos, Agrário e Ambiental	34	34	68
	Libras	34	34	68
	Educação de Jovens, Adultos (e Idosos)	34	34	68
	Psicologia da Educação	34	34	68
	Alfabetização e Letramento	34	34	68
	Corpo, Movimento e Ludicidade	17	17	34
	Educação Especial	34	34	68
	Seminário Integrador III	17	17	34
	Optativa	17	17	34
<b>Carga horária do III Módulo</b>		<b>255</b>	<b>255</b>	<b>510</b>

IV Módulo	Formação do Educador do Campo	34	34	68
	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa	34	34	68
	Avaliação na perspectiva da Educação do Campo	34	34	68
	Fundamentos Pedagógicos do Ensino e Aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	34	34	68
	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de Geografia	34	34	68
	Fundamentos Teóricos para o Ensino de Ciências	34	34	68
	Estágio Curricular Supervisionado I (Educação Infantil)	50	50	100
	Seminário Integrador IV	17	17	34
	Optativa	17	17	34
<b>Carga horária do IV Módulo</b>		<b>288</b>	<b>288</b>	<b>576</b>
V Módulo	Educação no Contexto do Semiárido	17	17	34
	Currículo e Planejamento Pedagógico para as escolas do Campo	34	34	68
	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de História	34	34	68
	Fundamentos da Matemática	34	34	68
	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de Ciências	34	34	68
	Estágio Curricular Supervisionado II (anos iniciais do ensino fundamental)	60	60	120
	Pesquisa e Elaboração de Projetos	34	34	68
	Seminário Integrador V	17	17	34
	Optativa	17	17	34
<b>Carga horária do V Módulo</b>		<b>281</b>	<b>281</b>	<b>562</b>
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	34	34	68
	Políticas Públicas e Educação do Campo	34	34	68
	Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Matemática	34	34	68
	Estágio Curricular Supervisionado III (Educação de Jovens, Adultos e (Idosos))	50	50	100
	Arte/Educação e Modos de Expressão dos Movimentos Sociais do Campo	34	34	68



	Seminário Integrador VI	17	17	34
<b>Carga horária do VI Módulo</b>		<b>203</b>	<b>203</b>	<b>406</b>
VII Módulo	Fundamentos da Agroecologia, Cooperação e Economia Solidária	34	34	68
	Estágio Curricular Supervisionado IV (Gestão dos processos educativos em ambientes não escolares)	40	40	80
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	34	34	68
<b>Carga horária do VII Módulo</b>		<b>108</b>	<b>108</b>	<b>216</b>
<b>Carga horária Parcial do Curso</b>		<b>1628</b>	<b>1628</b>	<b>3256</b>
<b>Carga horária de ACC</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>200</b>
<b>Carga horária Total</b>		<b>1628</b>	<b>1628</b>	<b>3456</b>

<b>ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES</b> Componentes Curriculares Optativos			<b>Formulário</b> <b>Nº 10 A</b>	
<b>Componentes Curriculares</b>		<b>Tempo</b> <b>Universidade</b>	<b>Tempo</b> <b>Comunidade</b>	<b>Carga Horária</b> <b>Total</b>
	Pedagogia da Alternancia	17	17	34
	Informática no Contexto da Educação	17	17	34
	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	17	17	34

### Para fins de Registro:

Tempo Universidade (TU): Corresponde a Carga-horária Teórica.

Tempo Comunidade (TC): Corresponde a Carga-horária Prática.

**NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO****Formulário  
Nº 11**

O estudante selecionado que pretende ingressar no Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo deverá realizar a sua matrícula semestralmente, obedecendo aos critérios definidos pelo PARFOR, SURRAC/UFRB e pela coordenação do curso.

A realização do curso se dará através da organização em módulos e será desenvolvida em dois espaços-temporais inter-relacionados: Tempo Universidade (TU) que consistirá em aulas e/ou atividades de ensino (presenciais), no Centro onde o curso será ofertado e o Tempo Comunidade – TC que acontecerá com a realização de atividades nos espaços de atuação profissional dos estudantes, como prevê as Resoluções CNE/CEB, Nº 01 (01/02/2006) e CNE/CP 2 (19/02/2002), as quais sugerem que a carga horária dos cursos que trabalham com a educação dos profissionais da Educação do Campo devem ser guiadas pela Pedagogia da Alternância, sendo dividida entre Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade – TC. O acompanhamento dos discentes durante o Tempo Comunidade deverá ser realizado pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares de cada módulo. Cabendo, a Instituição e os órgãos financiadores do Curso prevê as condições econômicas para viabilizar o referido acompanhamento.

O curso ocorrerá em três anos e meio (7 semestre) considerando diversas atividades em dois tempos: tempo universidade (TU), tempo comunidade (TC). A estrutura curricular será organizada através de três eixos formativos compreendendo o primeiro a Formação Básica, o segundo de Formação Sócio-política e o terceiro a Formação Prático Pedagógico com ênfase em Educação do Campo.

A proposta apresentada se inscreve como tentativa de pensar um curso de pedagogia pautado nos princípios da interdisciplinaridade, portanto, se prevê um trabalho interconectado, o que significa compreender os eixos formativos como sinalizadores de saberes que não podem ser negligenciados e não como bloco de disciplinas estanques. Trata-se de organizar um percurso formativo em que os eixos básicos e sócio-político articulam-se mediados pelos Seminários Integradores em uma constante busca de compreensão de bases teórica, político e pedagógica que efetivamente possa colaborar para a apropriação de um saber-fazer (dimensão prático-pedagógico), que atenda as demandas do público alvo desse projeto e se constitua em um diferencial para a melhoria da qualidade da educação ofertada aos povos do campo.

No que concerne ao estágio curricular supervisionado, será realizado após a metade do tempo mínimo de término do curso e distribuídos em quatro componentes, atendendo a carga horária exigida nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura de 400h. Considerando que se trata de professores em exercício da profissão, o estágio poderá ser desenvolvido no espaço de trabalho do professor cursista, todavia, será exigido a elaboração de um projeto diferenciado e condizente com o tipo de estágio a ser desenvolvido.

Cabe destacar ainda, que as 200 (duzentas) horas destinadas às Atividades Curriculares Complementares (ACC) são definidas conforme Resolução CONAC 07/2009 da UFRB. Os seminários internos e externos, inserção nos grupos e projetos de pesquisa, ensino e extensão da UFRB que serão contabilizados como ACC e atividades de curricularização da extensão. No que se

refere ao Estágio Supervisionado o Projeto do curso segue a Resolução da UFRB.

Já o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) será realizado pelo discente seguindo as orientações expostas na Resolução CONAC 16/2008 que define as atividades, orienta a organização dos componentes curriculares, define as atribuições do colegiado, do professor do componente e do orientador.

Todo o processo de ensino e de aprendizagem será acompanhado por permanente avaliação, tendo o Seminário Integrador como o ponto chave desse processo, como também servirá como elemento articulador de cada semestre, bem como garantirá o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes advindos das comunidades de origem dos estudantes.

O curso ocorrerá em três anos e meio (7 semestre) considerando diversas atividades em dois tempos: tempo universidade (TU), tempo comunidade (TC). Cada ano letivo escolar será constituído de duas etapas do tempo formativo (Semestres), totalizando 07 (sete) com duração entre 25 a 30 dias letivos presenciais, com aulas no turno noturno. Para garantir tal integração, a divisão da carga horária seguirá a seguinte proporção: 50% para as aulas presenciais no Tempo Universidade (TU) e 50% para o Tempo Comunidade – TC aproximadamente.

O ensino, a pesquisa e extensão se configuram parte constitutiva da formação e da prática docente. Formar professores extensionistas pressupõe a inclusão da prática investigativa na sua formação e o desenvolvimento da capacidade de observar a realidade e intervir. Nessa perspectiva, se faz necessário integrar a dimensão prática, bem como, a extensão e a pesquisa, desde os primeiros períodos do Curso. Por esse veio, atendendo a Lei Federal 13.005/2014 que versa sobre a curricularização da extensão, no curso de Pedagogia são destinadas 34h em todos os semestres do curso, totalizando 238h, para o trabalho voltado ao ensino/extensão através do componente curricular Seminário Integrador. Um docente da universidade é responsável pelo componente curricular e articula o trabalho de campo entre todos os componentes curriculares do curso e os professores cursistas nos sete Seminários.

## **Estágio Curricular Obrigatório:**

**Resolução UFRB/CONAC N° 38/2011**, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de estágio obrigatório e não obrigatório dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A normatização mais detalhada, encontra-se na minuta de regulamento de estágio do curso nos Anexos desse Processo.

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Formulário N° 11B**

## **Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação:**

**Resolução UFRB/CONAC N° 16/2008**, que dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação - TCC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Uma maior descrição sobre a normatização deste componente curricular encontra-se na MINUTA DO REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.

**ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO**

**Formulário N° 11C**

## **Atividades Complementares dos Cursos (ACC)**

**Resolução UFRB/CONAC N° 07/2009**, que Regulamenta as Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia ou o N° da Resolução UFRB/CONAC que aprova o Regulamento de ACC do Curso (se não houver alteração). Caso haja alteração no teor do documento, deverá ser encaminhada a nova Minuta juntamente com o PPC.

O barema encontra-se descrito em anexo a MINUTA DE REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO.

## METODOLOGIA

Formulário  
Nº 12

O pensamento pedagógico que mais se aproxima das demandas dos povos do campo sustenta-se na pedagogia crítica/reflexiva e orienta-se nos princípios da *pedagogia do movimento*, pois de acordo com Caldart (2012, p.548), esse modo de fazer pedagógico, “[...] afirma os movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico de formação de sujeitos sociais coletivos que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana”. Sem, contudo, desconsiderar as contribuições das pedagogias do oprimido e da pedagogia socialista, sobretudo, no que concerne a ampla possibilidade de conceber o homem como sujeito histórico, submetido a uma sociedade capitalista contraditória, ao tempo em que prioriza a relação teoria e prática em um esforço contínuo de busca da emancipação. Cabendo considerar que não se trata apenas de base de sustentação para um projeto educativo, mas de uma luta engajada em vista de um projeto de sociedade que pensa a formação do sujeito do campo em uma perspectiva omnilateral<sup>2</sup>.

Isto nos reporta ao fato que a perspectiva teórico-metodológico que irá orientar o curso proposto,

<sup>2</sup> Este conceito é compreendido aqui na perspectiva de Frigotto quando afirma que a dimensão omnilateral se insere “[...] dentro de uma concepção de que as pessoas vêm em primeiro lugar, pressupõe tornar-se senso comum de que as relações capitalistas são incapazes, por natureza intrínseca, de prover minimamente o conjunto de direitos fundamentais a todos os seres humanos, a começar pelo direito à vida digna, à saúde, à educação, habitação, emprego ou salário desemprego, lazer, etc, sem o que o humano se atrofia.” (FRIGOTTO, 1996, p. 157).

deve levar em consideração a “relação dialética entre a consciência e o modo de produzir a vida”, compreendendo que a ascensão dos povos explorados exige a formação do homem vinculado à realidade em que ele produz a existência, portanto, está em evidência a relação com o trabalho. Isto comporta “[...] a formação de homens vinculados ao presente, desalienados, mais preocupados em criar o futuro do que em cultivar o passado, e cuja busca do bem comum supera o individualismo e o egoísmo” (CALDART, 2012, p. 565). Esta vinculação entre teoria e prática assumida como um dos princípios da Pedagogia Socialista pressupõe uma prática pedagógica pautada nas relações libertárias, a qual toma a solidariedade e o apoio mútuo como base de sustentação para um projeto de educação que é também um projeto societário. (*ibid*, p.568)

Cientes de que a metodologia do curso orienta a trajetória acadêmica dos docentes e discentes no percurso formativo, especificamente na graduação, conforme apresentado anteriormente, a base curricular da **Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo** será organizada por meio de eixos formativos compreendendo estudos básicos, composto pelos componentes curriculares que sustentam a pedagogia, dialogando com a formação específica requisitada aos professores que irão atuar nas escolas e com os sujeitos do campo, no decorrer de todo curso.

O curso funcionará através do Plano Nacional de Formação de Professores - PARFOR sustentado pelos princípios da Pedagogia da Alternância, coadunada com os pressupostos da Educação do Campo, sendo articulado com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. A pedagogia da alternância toma o trabalho como princípio educativo e o processo de ensino e de aprendizagem é baseado na relação teoria e prática. Essa proposta pedagógica caracteriza-se por um processo de ensino e de aprendizagem em tempos e espaços diferenciados (tempo comunidade e tempo escola/universidade) em uma contínua articulação dos tempos formativos. A pedagogia da alternância extrapola o alternar físico, trata-se de uma metodologia que estabelece a dialogicidade entre os saberes acadêmicos e os saberes dos contextos familiares em que os estudantes estão inseridos. Constituindo-se como um projeto educativo que dialoga com os interesses formativos dos estudantes e prima pela construção da autonomia e da emancipação dos sujeitos que aprendem.

Assim, os tempos formativos compreendem o Tempo Universidade- TU com duração de duas etapas por semestre – com duração estimada de 25 a 30 dias – cada etapa e a sua articulação com o Tempo Comunidade-TC acontecerá nos demais períodos.

A formatação do Curso em regime de alternância requer da Universidade uma compreensão dos tempos pedagógicos diferenciados em função da concepção de educação do campo e os pressupostos teóricos metodológicos que norteiam a sua matriz curricular. O regime em alternância se justifica pelo perfil dos estudantes do campo e a proposta pedagógica da Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo.

Este curso traz como orientação central articular teoria e prática, aproximando o debate acadêmico da vida profissional dos/as educandos/as. Com esta orientação pretende-se criar condições teórico-metodológicas para que os/as educandos/as façam diagnósticos, problematizem sua realidade e reelaborem suas práticas de intervenção profissional, social e política a partir das leituras teóricas, aprofundando essa dimensão teórica a partir da vida e profissional e prática cotidiana, como exige a Resolução CNE/CEB:

Os períodos vivenciados no centro educativo (escola) e no meio sócio-profissional

(família/comunidade) são contabilizados como dias letivos e horas, o que implica em considerar como horas e aulas atividades desenvolvidas fora da sala de aula, mas executadas mediante trabalhos práticos e pesquisas com auxílio de questionários que compõem um Plano de Estudo (Resolução CNE/CEB, nº 01, 01/02/2006).

Articulando teoria e prática, todos os componentes curriculares do curso terão carga horária teoria e carga horária prática, respeitando os limites estabelecidos na Resolução CNE/CP 2, 19/02/2002, a saber:

- a) Considerando as Resoluções CNE/CEB, Nº 01 (01/02/2006) e CNE/CP 2 (19/02/2002), a carga horária dos cursos que trabalham com a Educação dos camponeses devem ser dividida entre Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade – TC. O curso de Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo seguirá esta orientação metodológica. O Tempo Universidade é organizado em sete etapas presenciais, duas etapas por semestre, com carga horária definida em função dos componentes curriculares ofertados;
- b) Cada docente responsável pelo componente curricular cumprirá uma carga horária presencial (**Tempo Universidade** - TU) e indicará textos e elaborará plano de trabalho a ser desenvolvido e acompanhado no Tempo Comunidade (TC).
- c) **No Tempo Comunidade** (TC), os(as) discentes realizarão atividades de leitura, pesquisas, intervenção e/ou diagnósticos locais, etc. Estas atividades serão desenvolvidas pelos estudantes com orientação dos docentes.

- Quanto aos sujeitos:

- i. Docentes responsáveis pelos componentes curriculares;
- ii. Docentes responsáveis pelos componentes curriculares Seminário Integrador.

- Quanto a forma de acompanhamento e Organização do Trabalho Pedagógico:

- i. Acompanhamento presencial - os docentes responsáveis pelos componentes curriculares Seminário Integrador e Estágio farão o acompanhamento presencial dos estudantes. Neste caso, a Universidade se responsabilizará em garantir o traslado para os docentes realizarem as atividades, a partir dos planejamentos coletivos iniciados no TU.

Com essa iniciativa, os docentes do curso potencializarão o acompanhamento dos estudantes durante o intervalo entre as etapas de ensino presencial (Tempo Universidade - TU), dando continuidade aos diálogos iniciados e potencializando novos debates, sendo um diferencial entre os cursos de Graduação na UFRB.

As atividades desenvolvidas serão: produção de textos, organização de eventos, projetos de pesquisa e extensão nas escolas e/ou comunidades de onde os alunos originam-se, dentre outros. As



atividades serão acompanhadas pela equipe Pedagógica e registradas pelos discentes em relatórios.

Os registros da frequência equivalente ao Tempo Comunidade (TC) ficam condicionados à participação do estudante em dois momentos: entrega dos relatórios e registros das atividades e, socialização no Tempo Universidade mediante o componente curricular Seminário Integrador, a ser ofertado em cada início de etapa.

Assumindo a práxis da Pedagogia da Alternância, as estratégias pedagógicas dos docentes necessitam ter como orientação:

- Habilidade pedagógica para alternar períodos de aprendizagem no meio sócio profissional, na comunidade e na universidade;
- Elaboração de Plano de Estudo, na perspectiva da Pedagogia da Alternância, buscando a integração da vida, do trabalho e da formação – ocorre no Seminário Integrador;
- Desenvolvimento de atividades que relacionem a reflexão e a ação, partindo de uma visão empírica para uma sistematização científica;
- Conceber os momentos presenciais, as orientações e acompanhamentos no Tempo Comunidade (TC) com espaço de reflexão e problematização da realidade, de modo a nortear as aprendizagens e aprofundamentos necessários à formação docente;
- Orientar formulação de projetos de educação que primem pela organização e planejamento de uma intervenção coletiva na realidade das escolas do campo e na superação das dificuldades do homem do campo;
- Organizar os planos de ensino de modo que dialogue com a compreensão teórica da realidade do campo brasileiro;
- Criar estratégias para a auto avaliação e avaliação discente, docente e das atividades propostas;
- Promover ações que articulem teoria e prática, de modo que os licenciandos possam conhecer e intervir numa realidade específica, relacionando convicções com tomadas de posição e comportamentos cotidianos;
- Proporcionar atividades que possibilitem a compreensão crítica do processo histórico de produção do conhecimento científico e suas relações com o modo de produção da vida social contemporâneo.

É importante esclarecer que, em se tratando de um curso ofertado pelo FARFOR, com tempo de integralização exíguo e considerando os limites das condições objetivas de estudo dos cursistas, fica inviável oferecer os componentes curriculares optativos, isso porém não significa a rigidez na proposta curricular, os seminários integradores, ofertados durante todo o período de desenvolvimento do curso, foram pensados, justamente, para dinamizar e promover um movimento de integração entre os componentes curriculares que compõem a matriz do curso.



**ATENDIMENTO AO DISCENTE****Formulário  
Nº 13**

A compreensão de estudante adotada nesta Licenciatura é de sujeito de possibilidades, diretamente implicado no seu processo de aprendizagem e co-responsável pela construção da sua autonomia. Portanto, o atendimento do discente se orienta na perspectiva de criar condições para que os cursistas construam sua autonomia, no que concerne a fazer, com desenvoltura, a gestão das atividades propostas e condução das demandas de acesso e permanência qualificada na Universidade.

Para atender as questões vinculadas a informações necessárias ao processo de adaptação e às demandas operacionais do cotidiano do curso, O PARFOR- UFRB - conta com dois funcionários terceirizados, os quais oferecem suporte técnico para viabilizar o funcionamento do curso, o que comporta, também, o atendimento inicial do estudante e encaminhamento para os serviços solicitados. Estes funcionários estão alocados no Campus de Cruz das Almas, mas com a implantação do curso no CETENS, será viabilizado o atendimento no espaço onde a licenciatura irá acontecer. Os funcionários técnicos irão desenvolver atividades em consonância com a coordenação do curso e com a coordenação institucional do PARFOR, em vista de acompanhar os discentes em suas demandas e proporcionar aprendizagens significativas.

O curso será organizado em regime de alternância entre Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade. proposta curricular do Curso integra a atuação dos sujeitos educandos na construção do conhecimento necessário à sua formação, não apenas nos espaços formativos escolares, como também nos tempos de vida culturais nas comunidades onde se encontram as escolas do campo.

Por TU entende-se o período em que os discentes realizam seus estudos na Universidade-Campus CETENS, sob orientação dos professores dos respectivos componentes curriculares ofertados em cada módulo. Nesse período os estudantes terão aulas teóricas e práticas nas áreas do conhecimento previstas para cada semestre.

Por TC compreende-se o período em que os estudantes realizam estudos, leituras, pesquisas, projetos de intervenção pedagógica nas escolas do campo e/ou nas comunidades camponesas onde residem e ou trabalham. Para tanto, será planejado de forma coletiva pelo coordenador do curso, professores, monitores e representantes de turma. Neste período realizam-se atividades de estudo nas

comunidades rurais, de práticas pedagógicas complementares e intencionalizadas para intercâmbios e ampliação da visão dos conjuntos de desafios da realidade das escolas do campo (comunidade campesina).

A organização curricular prevista para o curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, prevê acompanhamento dos discentes nos seus espaços de atuação profissional, isso significa que, a Universidade deverá disponibilizar as condições de possibilidade para que professores, coordenadores possam fazer o deslocamento e acompanhar os discentes no espaço onde será concretizado o tempo comunidade.

Além do atendimento sinalizado, ao estudante do PARFOR, matriculado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia será disponibilizado alguns serviços específicos cabendo considerar que estes serviços, estão previstos, prioritariamente, para os estudantes inscritos no programa de permanência qualificada, podendo ser estendidos aos discentes do PARFOR. Os referidos serviços são disponibilizados no Centro de Cruz, sendo que aos estudantes dos demais Centros, serão disponibilizados transporte gratuito para a efetivação do atendimento.

### **Serviços ofertados:**

1 *Auxílio para participação em eventos acadêmicos:* visa incentivar a participação de estudantes em eventos científicos e/ou tecnológicos, exclusivamente para apresentação de trabalhos de sua autoria, através da concessão de apoio financeiro

2 *Auxílio medicamento:* consiste na liberação de parcela única, através de repasse pecuniário para aquisição de medicamento não disponibilizado pela rede SUS, para estudantes que apresentem condição de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, que estejam matriculados/as regularmente em cursos presenciais de graduação, e que preferencialmente integrem o Programa de Permanência Qualificada da PROPAAE/UFRB, cujo relatório médico com o CID justifique a necessidade da medicação.

3 *Auxílio para aquisição de aparelho corretivo visual:* consiste na liberação de recurso financeiro para auxiliar na aquisição de óculos de grau ou lente de contato com grau

4 *Auxílio emergencial:* consiste na liberação de parcela única, através de repasse pecuniário para estudantes que apresentem condição de alto grau de vulnerabilidade social comprovada, que estejam matriculados/as prioritariamente no primeiro semestre de cursos presenciais de graduação, e

# UFRB

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD  
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica



---

que preferencialmente se encontrem inscritos no processo seletivo do Programa de Permanência Qualificada da PROPAAE.

**EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES  
 OBRIGATÓRIOS**

**FORMULÁRIO  
 Nº 14**

## I MÓDULO

Nome do componente curricular: <b>Concepções e Princípios da Educação do Campo</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<b>Ementa:</b> História, concepções e princípios. Base legal. Sistema educativo. Método da alternância. Socialização de experiências.		
<b>Bibliografia básica:</b> ARROYO, M. G. (Org.) <b>Por uma educação básica do campo</b> . 4 ed. Petrópolis, Vozes, 2009. CALDART, Roseli S. (Org.). <b>Dicionário da Educação do Campo</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2012. _____. <b>Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola</b> . Petrópolis: Vozes, 2000.		
<b>Bibliografia complementar:</b> FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: _____ et al. <b>Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador</b> . São Paulo: Cortez, 2002. GIMONET, Jean-Claude. <b>Método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das casas familiares rurais</b> . Brasília: Cidade, 2004. MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César; FERNANDES, Bernardo Mançano. <b>Geografia agrária: teoria e poder</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2007.		

Nome do componente curricular: <b>Pesquisa e Educação do Campo</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**  
 O que é científico. Produção do conhecimento e leitura da realidade social. Colonização e descolonização do pensamento latino americano. Saberes locais e universais. Preocupações metodológicas e políticas da pesquisa. Objeto(s) de estudo e sujeitos da pesquisa na/da Educação do Campo. Introdução a Metodologia do Trabalho Científico. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade

**Bibliografia Básica:**

- ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência – o dilema da educação**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- CHALMERS, Alan. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 2003.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo Atlas, 1995.

**Bibliografia Complementar:**

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ARROYO, M. G. (Org.) **Por uma educação básica do campo**. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 2009.

Nome do componente curricular: <b>História do Brasil e Movimentos Sociais</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<b>Ementa:</b> Historia social, política e econômica do Brasil. As políticas de desenvolvimento territorial e seus impactos na reordenação sócio-territorial do Nordeste. A formação do povo brasileiro. Antecedentes históricos dos movimentos sociais. Luta pela terra no Brasil: dos quilombos à Via Campesina. Os movimentos sociais de luta na/pela terra e água na atualidade.		
<b>Bibliografia Básica:</b> RIBEIRO, D. <b>O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil</b> . 3º ed. São Paulo, Companhia das		

letras, 1995. 476p.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passo. **Quatro séculos de latifúndio**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

### **Bibliografia complementar**

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 15 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LARANJEIRA, Raymundo. **Direito agrário brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.

LIMA, S. L. da S. **As transformações sócio-territoriais e o Alto Sertão Sergipano**. 2007. 225p. Tese (Doutorado em Geografia), Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo/ UFS), São Cristóvão, 2007.

Nome do componente curricular: <b>Leitura e Produção de Texto I</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

### **Ementa:**

A linguagem como leitura do mundo. Fala e escrita; Desenvolvimento da escrita; organizar o pensamento. Leitura oral das palavras escritas. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade. Seminário Integrador

### **Bibliografia Básica:**

CARMINI, Isabela. **Cartas pedagógicas**: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam. São Paulo: Expressão Popular.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

### **Bibliografia Complementar:**

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

XXXXX

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Nome do componente curricular: <b>Didática</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<b>Ementa:</b> A relação entre Educação, Pedagogia, Didática e Tecnologias. As tendências pedagógicas e suas implicações na compreensão do processo ensino – aprendizagem e na relação professor e aluno no contexto da educação do Campo.		
<b>Bibliografia básica:</b> CANDAU, Vera Maria et alli - <b>A Didática em Questão</b> . Petrópolis, Vozes, 1986. FREITAS, L C de. <b>Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática</b> . Campinas/SP: Papyrus, 1995. GHIRALDELLI Junior, Paulo. <b>Didática e teorias educacionais</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.		
<b>Bibliografia Complementar:</b> LIBÂNIO, José Carlos. <b>Didática</b> . São Paulo: Cortez, 1994. MARTINS, Pura Lúcia Oliver. <b>Didática Teórica/Didática Prática</b> . São Paulo, Loyola, 1997. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). <b>Repensando a Didática</b> . 21. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papyrus, 2004.		

Nome do componente curricular: <b>Epistemologias da Aprendizagem</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<b>Ementa:</b> Perspectivas explicativas do processo de aprendizagem. Conceituação de aprendizagem. Aprendizagem e comportamento humano (classes de comportamento). Resultados da aprendizagem: motor (automatismos), cognitivo, moral e afetivo (apreciativo). Condições da aprendizagem: biológica, psicológica (motivação), social e pedagógica, relacionados as especificidades da Educação do Campo.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		

BIAGGIO, Ângela Maria Brassil. **Psicologia do desenvolvimento**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.  
CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Aprendizagem**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.  
COLL, César (org.). **Psicologia do Ensino**. Tradução de Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

**Bibliografia Complementar:**

CARVALHO, Maria Vilani Cosme de (Org.). **Temas de psicologia e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GALVÃO, Izabel. **Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis: Vozes, 2000. (Educação e conhecimento)

Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão - LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. 17.ed. São Paulo: Summus, 1992. 117 p.

Nome do componente curricular: <b>Informática Aplicada a Educação do Campo</b>		Centro: CETENS	Carga horária: 34
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Não existe		Módulo de alunos: 30	
<b>Ementa:</b> Uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Multimídia e as possibilidades para a Educação do Campo e a Cooperação (identificando outros ambientes virtuais de aprendizagem). Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.			



### **Bibliografia Básica:**

FREIRE, Fernanda Maria Pereira; Valente, José Armando. **Aprendendo Para a Vida: Os computadores na sala de aula.** São Paulo: Cortez, 2001.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a Escola na era da informática.** Trad. Sandra Costa – Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa.** Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

### **Bibliografia Complementar:**

GOMEZ, M; ARRUDA, M; FRIGOTTO, G; ARROYO, M. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

FERRETI, Celso João et al. **Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

Nome do componente curricular:

**Seminário Integrador I**

Modalidade:

Componente curricular

Pré-requisito:

Não existe

### **Ementa:**

Prática de leitura orientada e produção de textos mediante a sistematização dos procedimentos de registro: esquema, fichamento, resumo, resenha, em conformidade com as Normas da ABNT. Atividades interdisciplinares orientadas e supervisionadas da práxis pedagógica da educação do campo. Tema do Seminário Integrador será baseado nas inspirações das temáticas estudadas no decorrer do Tempo Universidade e articulação com a realidade dos estudantes.

### **Bibliografia Básica:**

FREITAS, L. C de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas/SP: Papyrus, 1995.

FRIGOTTO, G. (org.). Educação e Crise do Trabalho. **Perspectivas de Final de Século.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 1987, n. 27. Cortez, São Paulo.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRÉ, M. O cotidiano escolar, um campo de estudo. In: PLACCO, V. M. N.S.; ALMEIDA, L. R. O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2003.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Dialogando com a própria história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

DEMO, Pedro. Pesquisa: principio científico e educativo. S. Paulo: Cortez, 2000.

## II MÓDULO

Nome do componente curricular: <b>Questão Agrária</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Terra, poder e território. Campo e cidade. Cinco séculos de latifúndio - renda da terra, estrutura agrária e relações sociais de produção no mundo rural brasileiro no Nordeste. Luta pela terra no Brasil: dos quilombos à Via Campesina. Redes e Movimentos sociais do campo no Brasil e na América Latina da atualidade. Desenvolvimento territorial e agrário no Nordeste e na Bahia. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.

**Bibliografia Básica:**

GUIMARÃES, Alberto Passo. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Roberto J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

**Bibliografia Complementar:**

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

STÉDILLE, João Pedro (coord). **A questão agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

GERMANI, Guiomar I. *Expropriados – terra e água – o conflito de Itaipu*. Salvador: Edufba, 2003.

Nome do componente curricular: <b>Capital, Trabalho e Educação</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b> Fundamentos da Economia Política. O caráter histórico do trabalho. A dupla face do trabalho no capitalismo. O processo de constituição do trabalho coletivo e educação do trabalhador rural. Modernização do campo e qualificação profissional. Sujeição da agricultura familiar ao capital. A educação diante do desemprego e da precarização do trabalho no campo: informalidade, trabalho temporário, sazonalidade, trabalho desregulamentado, trabalho infantil.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> ISTVÁN, Mézaros. <b>A educação para além do capital</b>. São Paulo: Boitempo, 2005. MARX, K; ENGELS, F. <b>A ideologia alemã</b>. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. MARX, Karl. Posfácio da 2ª. Edição. In: Marx, Karl. <b>O capital</b>: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988. Livro Primeiro. V. I. p 17.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> FANI, G. F. <b>Diálogos de um novo tempo</b>. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1989. GOMEZ, M; ARRUDA, M; FRIGOTTO, G; ARROYO, M. <b>Trabalho e conhecimento</b>: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1987. RIBEIRO, Marlene. <b>Movimento camponês – trabalho e educação</b>. São Paulo: Expressão Popular, 2010.</p>		

Nome do componente curricular: <b>História da Pedagogia e das Ideias Pedagógicas</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b> Apresenta retrospectiva histórico-sociológica do desenvolvimento da educação no Brasil, que visa interpretar a sua função social e ideológica em diferentes contextos da formação cultural do país. A presença da escola na sociedade brasileira. Relações de gênero, raça, etnia, classe e poder na constituição histórica da educação brasileira.</p>		

**Bibliografia básica:**

ARANHA, Maria Lúcia. **História da Educação e a Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel, NOSELLA, Paulo. **Educação e Cidadania**. Cortez, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Histórias das Idéias Pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

**Bibliografia Complementar**

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortes, 1994.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thompson, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2009.

Nome do componente curricular: <b>Leitura e Produção de Texto II</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Linguagem. Leitura. Texto e textualidade. Gramática do texto. Critérios para análise da coerência e da coesão. Textos Científicos (regras e métodos). Elaboração de projetos e relatórios técnicos. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade. Seminário Integrador.

**Bibliografia Básica:**

GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997. KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1993.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Carlos Luiz. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1993.

PLATÃO, Fiorin. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1998.

**Bibliografia Complementar:**

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989.  
 SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Nome do componente curricular: <b>Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b>          Refletir sobre a forma pedagógica da escola: sua constituição histórica, contradições e possibilidades de transformação na realidade atual das escolas do campo. Estudos básicos: Organização escolar, trabalho pedagógico e as concepções de educação, situadas no mundo capitalista e suas contradições atuais. Referências conceituais e metodológicas básicas para um projeto de estudo/ação na escola: categorias teóricas de compreensão do desenho de escola socialmente construído. Categorias para análise da forma escolar instituída (escola capitalista) e categorias para pensar a escola na perspectiva da transformação social (escola socialista).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>          ARROYO, Miguel Gonzalez. <b>Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores</b>. Educação &amp; Sociedade, 68, 1999, p. 143-162.          FREITAS, Luiz Carlos. <b>Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática</b>. Campinas: Papyrus. 1995.          _____. <b>A avaliação e as reformas dos anos 90: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação</b>. Educação &amp; Sociedade, 86, 2004, p. 133-170.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar</b>          BOURDIEU, Pierre. <b>Escritos de educação</b>. Petrópolis: Vozes. 2001.          ENGUITA, Mariano. <b>Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação</b>. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1993.          PISTRAC, M. M. <b>Fundamentos da Escola do Trabalho</b>. São Paulo: Brasiliense. 1981.</p>		

Nome do componente curricular: <b>Educação Infantil</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b>            Concepções de infância, de educação infantil e do profissional de educação infantil. Políticas públicas contemporâneas de atendimento a educação infantil no Brasil. Desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e psicomotor da criança.</p>		
<p><b>Bibliografia básica:</b>            ABRAMOWICZ, Anete; WAJSKOP, Gisela. <b>Educação infantil:</b> creches: atividades para crianças de zero a seis anos. 2 ed. rev. e atual São Paulo: Moderna, 1999 112 p.            ALMEIDA, Paulo Nunes de. <b>Educação lúdica:</b> técnicas e jogos pedagógicos. 6 ed. São Paulo: Loyola, c1990. 203 p.            CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. <b>Educação infantil:</b> pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. 164 p.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. BRASIL Coordenação Geral de Educação. BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. . <b>Referencial curricular nacional para a educação infantil:</b> conhecimento de mundo, v.3. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.3            GALVÃO, Izabel. <b>Henri Wallon:</b> Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.            OLIVEIRA, Marta Khol de. <b>Vygotsky.</b> Aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.</p>		

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Nome do componente curricular: <b>Classes Multisseriadas no contexto das Escolas do Campo</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade:	Função:	Natureza:

Componente curricular	Prático Pedagógico	Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b> Analisa a realidade da classe multisseriada: particularidades, desafios, dilemas e sucessos. Formação das escolas multisseriadas do campo. Organização do trabalho pedagógico nas escolas multisseriadas. Elaboração de projetos e de Sequências didáticas na perspectiva multisseriada. Organização do espaço e do trabalho escolar em classes Multisseriadas nos anos iniciais do ensino fundamental, incluindo a modalidade Educação de Jovens e Adultos.</p>		
<p><b>Bibliografia básica:</b> ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej. <b>Escola de Direito: ressignificando a escola multisseriada.</b> Belo Horizonte: Autêntica, 2010. ARAÚJO, Joana D'Arc do Socorro Alexandrino. <b>A escola rural brasileira: vencendo os desafios nos caminhos e descaminhos do tempo.</b> Disponível em: <a href="http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt1/GT1_03_2006.PDF">http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt1/GT1_03_2006.PDF</a>. Acesso em: 20 mai. 2009. ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica; CERIOLI, Paulo. <b>Por uma educação do campo.</b> 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> FREIRE, P. <b>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.</b> São Paulo: Ática, 1999. MOREIRA, M. A. <b>A teoria da aprendizagem significativa.</b> Brasília: UNB, 2006. GÓES, M Cecília R. de ; SMOLKA, Ana Luisa B. (orgs.). <b>A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento.</b> Campinas: Papyrus, 1993. LURIA, A. R. <b>Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais.</b> São Paulo: Ícone, 1994.</p>		

Nome do componente curricular: <b>Seminário Integrador II</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 34
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b> Estudo da pesquisa como princípio educativo e como produção do conhecimento científico. Levantamento das produções sobre a educação do campo no Brasil para produzir textos significativos sobre o estado da arte desses estudos e apresentar em forma de seminário com debate o relatório da matriz interdisciplinar do Tempo Comunidade, realizada em consonância com as normas de</p>		



apresentação de trabalho acadêmico. O tema do Seminário Integrador será baseado nas inspirações das temáticas estudadas no decorrer do Tempo Universidade e articulação com a realidade dos estudantes.

**Bibliografia Básica:**

FREITAS, L. C de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas/SP: Papirus, 1995.

FRIGOTTO, G. (org.). Educação e Crise do Trabalho. Perspectivas de Final de Século. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

KOSIK, K. Dialética do concreto. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRÉ, M. O cotidiano escolar, um campo de estudo. In: PLACCO, V. M. N.S.; ALMEIDA, L. R. O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2003.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Dialogando com a própria história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas: autores Associados, 1998.

### III MÓDULO

Nome do componente curricular: <b>Corpo, Movimento e Ludicidade</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 34
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Conceito de ludicidade. O lúdico: seus fundamentos, pressupostos e princípios básicos. A função do lúdico no desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicomotor e sensorial do sujeito humano.

**Bibliografia básica:**

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica:** técnicas e jogos pedagógicos. 6 ed. São Paulo: Loyola, c1990. 203 p.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança:** imitação, jogo e sonho, imagens e representações. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1978. 370 p.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). **A Ludicidade como ciência.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. BRASIL Coordenação Geral de Educação. BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: conhecimento de mundo, v.3.** Brasília: MEC/SEF, 1998. v.3

OLIVEIRA, Zilma de Moraes R. (Org.) **Educação infantil: Muitos olhares.** São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O lúdico na formação do educador.** 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Nome do componente curricular: <b>Libras</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Educação Especial no contexto do campo brasileiro e da Educação do Campo. As políticas Públicas de inclusão, abordagens e tendências. Aspectos éticos e educacionais na inclusão de Pessoas com deficiência na escola, na família e na comunidade. Concepção de linguagens de sinais. Linguagem de sinais brasileira. O código de ética. Resolução do encontro de Montevideú. A formação de intérprete no mundo e no Brasil. Língua e identidade: um contexto de política lingüística. Cultura surda e cidadania brasileira

**Bibliografia Básica:**

KARNOPP, L.; QUADROS, R. M. **Língua de Sinais Brasileira.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus Editorial, 2006.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de língua de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010

**Bibliografia Complementar:**

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GESSER, Andrei. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

Nome do componente curricular: <b>Educação de Jovens, Adultos (e idosos)</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b> Dimensões histórica, antropológica, política e social da educação de jovens e adultos. Letramento e alfabetização na educação de jovens e adultos. Educação, identidade e saberes do professor da EJA.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> FREIRE, P. <b>Pedagogia do oprimido</b>. 44 ed. RJ: Paz e Terra, 1996. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (org). <b>Educação de jovens e adultos: Teoria, prática e proposta</b>. 4 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de &amp; LEAL, Telma Ferraz (org.). <b>Alfabetização de jovens e Adultos em uma Perspectiva de letramento</b>. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 GOMES, A. V. A. <b>Educação de jovens e adultos no PNE – 2001 – 2010</b>. Brasília: Estudo/ Consultoria Legislativa, 2011.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b> MASAGÃO, Vera Maria Ribeiro. <b>Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras</b>. Campinas: Ação Educativa, 2001 GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (org). <b>Educação de jovens e adultos: Teoria, prática e proposta</b>. 4 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. MASAGÃO, Vera Maria Ribeiro. <b>Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras</b>. Campinas: Ação Educativa, 2001. SOARES &amp; GIOVANETTI, GOMES (org.). <b>Diálogos na educação de Jovens e Adultos</b>. Belo Horizonte, 2005.</p>		

Nome do componente curricular: <b>Direitos Humanos, Agrário e Ambiental</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa</b> Educação em Direitos Humanos com ênfase na perspectiva do direito a terra e do equilíbrio sócio ambiental. Estado, Democracia e Direitos Humanos. Meio Ambiente, Ecologias e Movimentos Sociais. Terra, poder e território. Estrutura agrária e relações sociais de produção no campo brasileiro. Aspectos</p>		

legais do direito a terra e meio ambiente, enquanto direito humano inalienável. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

**Bibliografia Básica:**

ALVES, Lindgren J. A. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

ARAÚJO, Vania Rita Donadio. UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Educação ambiental no contexto escolar: saberes e práticas docentes**. Salvador: EDUNEB, 2009.

MOREIRA, Roberto J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

**Bibliografia Complementar:**

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 5 ed. São Paulo: Fundação Petrópolis, c2000. p.217

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

<b>Nome do componente curricular:</b> <b>Psicologia da Educação</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<b>Ementa</b> Compreende o conceito e evolução histórica da Psicologia como ciência. Principais correntes da Psicologia e suas relações com a educação. A psicologia e os processos em curso nas sociedades contemporâneas e suas contribuições para a Educação. Compreensão do desenvolvimento humano a partir das diferentes correntes da Psicologia.		
<b>Bibliografia básica</b> ARIÈS, Philippe. <b>História social da criança e da família</b> . 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 279 p. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. <b>Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia</b> . 13 ed. ref. e ampl São Paulo: Saraiva, 1999. 368 p. BRAGHIROLI, Elaine Maria. <b>Psicologia geral</b> . 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 219 p.		
<b>Bibliografia Complementar</b> BEE, H. <b>A criança em Desenvolvimento</b> . Porto Alegre: Artmed, 2003. COLL, C. <b>Psicologia da educação</b> . Porto Alegre: Artes Medicas, 1999.  BZUNECK, José Aloyseo; BORUCHOVITCH, Evely. <b>A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea</b> . 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 183p.		

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Nome do componente curricular: <b>Alfabetização e Letramento</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b>          Concepções de alfabetização e letramento. Leitura e escrita como instrumentos de inclusão social e de cidadania. Língua, cultura e tecnologia. Variações linguísticas e suas implicações na linguagem oral e escrita. Análise e crítica das metodologias da alfabetização. Práticas da leitura e da escrita na educação da infância. Modalidades e estratégias de avaliação do processo de aprendizagem da leitura e da escrita.</p>		
<p><b>Bibliografia básica:</b>          SOARES, Magda. <b>Alfabetização e Letramento</b>. São Paulo: Contexto, 2003          DEMO, Pedro. <b>Leitores para sempre</b>. Porto alegre: Mediação, 2006.          FRAGO, Antonio Viñao Frago. <b>Alfabetização na sociedade e na história. Vozes, palavras e textos</b>. Trad. Tomaz Tadeu da Silva.. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b>          BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. <b>Leitura e alfabetização</b>. Da concepção mecanicista à sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.          FERREIRO, Emília. <b>Reflexão sobre alfabetização</b>. Trad. Horácio Gonzalez (et.ali), São Paulo: Cortez, 1985.          GRAFF, Harvey J. <b>Os labirintos da alfabetização</b>. Reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Trad. Tirza Myga Garcia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.</p>		

Nome do componente curricular: <b>Educação Especial</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<b>Ementa:</b> Análise das questões filosóficas, éticas, políticas e pedagógicas relativas às necessidades educativas especiais, no contexto da educação inclusiva brasileira.		
<b>Bibliografia Básica:</b> CAIADO, K. R. M. <b>Aluno Deficiente Visual na Escola:</b> lembranças e depoimentos. Campinas: Autores Associados, 2003. LIMA, Priscila Augusta. <b>Educação inclusiva e igualdade social.</b> São Paulo: Avercamp, 2006. MEIRIEU, Philippe. <b>O cotidiano da escola e da sala de aula:</b> o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005. PIMENTEL, Susana Couto. <b>Conviver com a síndrome de down em escola:</b> inclusiva. Petrópolis: Vozes, 2012.		
<b>Bibliografia Complementar:</b> BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as <b>Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</b> Brasília.: 1996. Disponível em: <a href="http://www.senado.gov.br">http://www.senado.gov.br</a> . Acesso em 15 de maio de 2000. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. <b>Parâmetros curriculares nacionais:</b> adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais. Brasília 1999. FREIRE, Paulo. <i>Educação e mudança.</i> 34ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.		

Nome do componente curricular: <b>Seminário Integrador III</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 34
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<b>Ementa:</b> Estudo das relações entre pesquisa e prática docente. Elaboração e execução de um projeto de pesquisa exploratória a ser realizado em espaços de educação escolar e não escolar, com vistas à construção do conhecimento em educação fundamentado a partir das contribuições teóricas dos componentes curriculares do semestre e as construídas nas áreas específicas da formação. Tema do Seminário Integrador será baseado nas inspirações das temáticas estudadas no decorrer do Tempo Universidade e		

articulação com a realidade dos estudantes.

**Bibliografia Básica:**

FREITAS, L. C de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas/SP: Papirus, 1995.

FRIGOTTO, G. (org.). Educação e Crise do Trabalho. **Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRÉ, M. O cotidiano escolar, um campo de estudo. In: PLACCO, V. M. N.S.; ALMEIDA, L. R. O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2003.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Dialogando com a própria história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

DEMO, Pedro. Pesquisa: principio científico e educativo. S. Paulo: Cortez, 2000.

## IV MÓDULO

Nome do componente curricular: <b>Formação do Educador do Campo</b>		Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular		Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30		
<b>Ementa</b> Significado Conceitual da Educação e suas Dimensões. Educação do Campo: Estrutura e Organização. Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Formação de Professores. Elucidações Conceituais. Sujeitos Educacionais, Diversidade e suas Formas de Articulação. Processos Formativos Docentes. Articulação entre a Formação Específica e a Formação Pedagógica dos Professores. Prática Profissional Docente na Educação do Campo.			
<b>Bibliografia básica:</b> ABRAMOVAY, Ricardo. <b>Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão</b> . São Paulo: Hucitec, 1992. ARROYO, Miguel. <b>Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres</b> . Petrópolis: Vozes, 2004. COSTA, M.C.V. <b>Trabalho docente e profissionalismo</b> . Porto Alegre: Sulina, 1995.			



**Bibliografia complementar:**

GATTI, B.A. et al. **Formação de professores para o ensino fundamental:** instituições formadoras e seus currículos; relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008.

GATTI, B.A.; NUNES, M.M.R. (Org.). **Formação de professores para o ensino fundamental:** estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Português, Matemática e Ciências Biológicas. Textos FCC, São Paulo, v. 29, 2009. 155p.

OLIVEIRA, D.A. **Educação básica:** gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.

Nome do componente curricular: <b>Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Contribuições das ciências da linguagem para o ensino da língua portuguesa. Diretrizes curriculares. O ensino contextualizado da gramática. Atividades didático-pedagógicas no processo de aprendizagem da leitura e escrita de Crianças e Jovens e Adultos.

**Bibliografia básica:**

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico. O que é, como se faz.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KAUFMAN, Ana Maria. **Escola, leitura e produção de textos.** Trad. Inajara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1995.

MASSINI, Cagliari, Gladis. **O Texto na Alfabetização:** coesão e coerência. Campinas, SP: mercado das Letras, 2001.

**Bibliografia Complementar:**

MORAIS, Artur Gomes de. **O aprendizado da ortografia.** Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Língua



Portuguesa- Ensino de primeira à quinta série. Título. Brasília: 144p.1997.  
JOLIBERT, Josette e colaboradores. Trad. Bruno C. Magne. **Formando Crianças Leitoras**. Vol.I. P. Alegre: Artes Médicas, 1994.

Nome do componente curricular: <b>Fundamentos Pedagógicos do Ensino e Aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68h
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b> Estudo dos fundamentos e das bases legais do ensino e da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. Reflexão sobre a Lei nº 10.172/2001 referente ao Ensino Fundamental de nove anos. Reflexões sobre a organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais e práticas docentes desenvolvidas nos anos iniciais, com foco nas especificidades da educação do campo.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. <b>Por uma educação do campo</b>. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. 214p. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013 <b>file:///C:/Users/Tainna/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013%20(2).pdf</b> ZABALA, Antoni. <b>A Prática educativa</b>. Trad. Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> FREIRE, P. <b>Pedagogia do Oprimido</b>. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. SAVIANI, Dermeval. <b>Pedagogia histórico-crítica</b>; primeiras aproximações 10ª ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2008. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. <b>Técnicas de ensino</b>: por que não? Campinas: Papyrus, 1991. 149 p.</p>		

Nome do componente curricular: <b>Avaliação na perspectiva da Educação do Campo</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito:	Módulo de alunos:	

Não existe	30
<p><b>Ementa:</b> Avaliação da Aprendizagem: história, concepções e conceitos. Finalidades da Avaliação; Tipos de Avaliação: diagnóstica, somativa e formativa. Técnicas e instrumentos de avaliação. Perspectivas atuais da avaliação da aprendizagem. Avaliação e Emancipação Humana; Avaliação Institucional; Planejamento e Avaliação no contexto da Educação do Campo. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b> AFONSO, Almerindo J. A. Avaliação Educacional: <b>Regulação e emancipação</b>. São Paulo: Cortez, 2000. DEMO, Pedro. <b>Avaliação qualitativa</b>. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2008. ESTEBAN, Maria Teresa (org.). <b>Avaliação: prática em busca de novos sentidos</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2001.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b> HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. <b>Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista</b>. Porto Alegre: Mediação, 1991. LUCKESI, Cipriano C. <b>Avaliação da aprendizagem escolar</b>. São Paulo: Cortez, 1995. UFBA. Universidade Federal da Bahia. <b>Cadernos didáticos sobre educação no campo</b> / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.</p>	

Nome do componente curricular: <b>Fundamentos Teóricos para o Ensino de Ciências</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b> O conhecimento científico e o ensino de ciências. Aspectos históricos e tendências atuais do ensino de ciências. Características do professor de ciências. O papel da pesquisa no ensino de ciências. A prática do professor de ciências. Estudo teórico, prático e discussão metodológica para compreensão e</p>		

utilização prática de tópicos selecionados de Ciências Naturais e sua relação com a Saúde, Ciências Ambientais, Tecnologia e Sociedade, aplicáveis à educação infantil e às séries iniciais do Ensino Fundamental. Vivência de tópicos propostos em Projetos de ensino, na busca de soluções de problemas do cotidiano. Debate e planos de aplicabilidade das diretrizes curriculares para o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

**Bibliografia básica:**

CACHAPUZ, A. **A necessária renovação do ensino de ciências.** São Paulo: Cortez, 2005.  
 CAMPOS, M. C. C.; NIGRO, R.G. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação.** São Paulo: FTD, 1999.  
 CARVALHO, A. M. P. de (Org.). **Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática.** São Paulo: Thomson, 2004.

**Bibliografia Complementar:**

DOHME, V.; DOHME, W. **Ensinando a criança a amar a natureza.** Petrópolis: Vozes, 2009.  
 FRACALANZA, H.; AMARAL, I.A.; GOUVEIA, M.S.F. **O Ensino de Ciências no Primeiro Grau.** São Paulo: Atual Editora, 1986.  
 GASPAR, A. **Experiências de Ciências para o Ensino Fundamental.** São Paulo: Ática, 2003.

Nome do componente curricular: <b>Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de Geografia</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Estudo de conceitos e importância da Geografia. Análise de Correntes do Pensamento Geográfico. Reflexões sobre os Parâmetros Curriculares e o Ensino da Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Geografia Política e a importância do olhar sobre o tempo e espaço contemporâneo do ensino fundamental. Educação Ambiental.

**Bibliografia básica:**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.  
 CASTELLAR, S.M.V. **A alfabetização em geografia.** *Espaços da Escola*, Ijuí, v. 10, jul./set. 2000.

CAVALCANTI, Lana. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 1998.

**Bibliografia Complementar:**

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Cartografia Escolar**. 1º Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CALLAI, H. C. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? **Revista Terra Livre**. Nº 16. São Paulo, 1º semestre de 2001. p. 133-152.

CALLAI, Helena. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. In: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

Nome do componente curricular: <b>Estagio Curricular Supervisionado I (Educação Infantil)</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 100
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Discute sobre a organização do trabalho pedagógico na educação infantil; processos de investigação e conhecimento da realidade do campo da educação infantil; Elaboração e execução de projeto de estágio em educação infantil em creches ou turmas de pré-escola. Articulação interdisciplinar com o seminário integrador, com ênfase no debate sobre corpo e cultura. Fomentando as temáticas de pesquisa.

**Bibliografia básica:**

ABRAMOWICZ, Anete; WAJSKOP, Gisela. **Educação infantil**: creches: atividades para crianças de zero a seis anos. 2 ed. rev. e atual São Paulo: Moderna, 1999. 112 p.

COLL, César. **O construtivismo na sala de aula**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998. 221 p.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. 164 p.

**Bibliografia Complementar:**

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil**: prioridade imprescindível. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

AROEIRA, Maria Luisa Campos. **Didática de pré-escola**: vida criança: brincar e aprender. São

Paulo; FTD, 1996.

BASEDAS, Eulália. **Aprender e ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Nome do componente curricular: <b>Seminário Integrador IV</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 34
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Estudo das diferentes abordagens de pesquisa em educação e suas metodologias de coleta de dados e respectivos instrumentos. Revisitar o anteprojeto de pesquisa e articular com o campo de estágio em educação infantil, sobretudo para subsidiar o projeto de estágio. Atividades interdisciplinares orientadas e supervisionadas da práxis pedagógica da educação do campo. Tema do Seminário Integrador será baseado nas inspirações das temáticas estudadas no decorrer do Tempo Universidade e articulação com a realidade dos estudantes.

**Bibliografia Básica:**

FREITAS, L. C de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

FRIGOTTO, G. (org.). Educação e Crise do Trabalho. Perspectivas de Final de Século. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1981. 1987, n. 27. Cortez, São Paulo.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRÉ, M. O cotidiano escolar, um campo de estudo. In: PLACCO, V. M. N.S.; ALMEIDA, L. R. O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2003.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Dialogando com a própria história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

KOSIK, K. Dialética do concreto. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Nome do componente curricular: <b>Educação no Contexto do Semiárido</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 34
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<b>Ementa:</b> Educação do Campo e Educação Contextualizada. O semiárido brasileiro: perspectivas históricas e sócio-políticas. Movimentos sociais e políticas públicas de convivência com o semiárido. Segurança e soberania alimentar no semiárido. Currículo das escolas do campo no contexto do semiárido brasileiro.		
<b>Bibliografia básica:</b> REIS, Edmerson dos Santos. (Org.) ; CARVALHO, L. D. (Org.) . <b>Educação para a convivência com o Semiárido Brasileiro Fundamentos e práticas</b> . 1. ed. Juazeiro - BA: Printpex Gráfica e Editora, 2011. v. 01. 197p . REIS, Edmerson dos Santos. <b>Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável</b> . 1ª. ed. Juazeiro - BA: Editora e Gráfica Franciscana, 2004. v. 01. 156p . RESAB. Secretaria executiva. Caderno Multidisciplinar – <b>Educação e Contexto do Semi-árido Brasileiro</b> . V. 1 – Juazeiro/BA: Selo editorial RESAB, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b> MENEZES, Ana Célia Silva; ARAÚJO, Lucineide Martins. Currículo, Contextualização e Complexidade: Espaço de Interlocação de Diferentes Saberes. In: <b>Caderno Multidisciplinar – Educação e contexto do Semi-árido Brasileiro: Currículo contextualização e complexidade: Elementos para pensar a escola no Semi-árido</b> . V. 1 – Juazeiro/BA: Selo editorial RESAB, 2007.		

Nome do componente curricular: <b>Currículo e Planejamento para as Escolas do Campo</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<b>Ementa:</b> Conhecer, diagnosticar e mapear os projetos políticos pedagógicos das escolas do campo e suas propostas curriculares no âmbito federal, estadual e municipal (Secretarias de Educação e escolas públicas).		
<b>Bibliografia básica:</b> ARROYO, Miguel G. <b>Currículo, território em disputa</b> . Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.		

MOREIRA, A. F.; SILVA, T.T. (orgs.) Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.  
 KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salette (Orgs.). **Por uma educação do campo:** identidade e políticas públicas. V. 4. Brasília, 2002.

**Bibliografia Complementar:**

APPLE, M. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

Nome do componente curricular: <b>Fundamentos da Matemática</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Fundamentos teóricos e metodológicos para o ensino, aprendizagem e avaliação matemática. Objetivos, conteúdos e estratégias para o ensino de projetos diferenciados para a educação do campo. Perspectivas atuais em Educação Matemática: resolução de problemas, investigações matemáticas, teoria das situações didáticas e modelagem matemática.

**Bibliografia Básica:**

DANTE, Luiz Roberto. **Tudo é Matemática.** 3a ed. 4 v. (6º ao 9º ano). São Paulo: Ática, 2008.

GIOVANNI Jr, J. R; CASTRUCCI, B. A. **A conquista da Matemática.** 6. ed. (Renovada). 4 v. (6º ao 9º ano). São Paulo: FTD, 2009.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MACHADO, A. **Matemática e realidade.** 6. ed. 4 v. (6º ao 9º ano). São Paulo: Atual, 2009.



**Bibliografia Complementar:**

GIOVANNI, J. R.; PARENTE, E. **Aprendendo Matemática**. 4 v. (6º ao 9º ano). São Paulo: FTD, 2007.  
 LELLIS, M. C. T.; IMENES, L.M.P. **Matemática para todos**. 4 v. (6º ao 9º ano). São Paulo: Scipione, 2009.  
 SILVEIRA, Enio; MARQUES, Cláudio. **Matemática: compreensão e prática**. 4 v. (6º ao 9º ano). São Paulo: Moderna, 2008.

Nome do componente curricular: <b>Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de História</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b>                  Tendências teórico-metodológicas no ensino de história. Pesquisa e prática no ensino de história. Competências e habilidades para as séries iniciais do ensino fundamental.</p>		
<p><b>Bibliografia básica:</b>                  BRASIL. <b>Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs de Geografia e de História</b>. Brasília: MEC/SEF, V. 5, 1997.                  BRASIL. <b>Definições de critérios para a avaliação do livro didático de 1a a 4a série</b>. Brasília: MEC/PND, 1998.                  FERREIRA, Carlos Augusto Lima. <b>Ensino de História: reflexões e novas perspectivas</b>. Salvador: Quarteto Editora, 2004.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>                  LAGÔA, Ana M.; GRINBERG, Keila; GRINBERG, Lúcia. <b>Oficinas de História – projeto curricular de Ciências Sociais e de História</b>. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.                  SILVA, Marcos. (Org). <b>Repensando a História</b>. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1997.</p>		

Nome do componente curricular: <b>Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem de Ciências</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
---	-------------------	----------------------



Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b></p> <p>Estudo reflexivo e crítico do ensino das Ciências na educação básica: concepções, objetivos, conteúdos, situações didáticas e avaliação. Pressupostos teórico-metodológicos voltados para o Ensino das ciências na Educação Básica. Temas emergentes e tendências das ciências na contemporaneidade, voltadas para a construção do conhecimento e para a compreensão e intervenção na realidade social, política, econômica e histórica cultural.</p>		
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>BIZZO, Nélío. <b>Ciências: fácil ou difícil?</b>. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007. 143 p.</p> <p>CANIATO, Rodolpho. <b>Com ciência na educação: ideário e prática de uma alternativa brasileira para o ensino da ciência</b>. Campinas: Papirus, 1989. 127 p</p> <p>DELIZOICOV, Demetrio; ANGOTTI, José André. <b>Metodologia do ensino de ciências</b>. 2 ed. São Paulo: Cortez, 207 p.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <p>ANGOTTI, José André e DELIZOICOV, Demétrio. <b>Metodologia do ensino de Ciências</b>. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>BRAGA, Magno Friche e MOREIRA, Moacir Alves. <b>Metodologia de ensino: ciências</b>, Belo Horizonte: Fundação Helena Antipoff, 1997.</p> <p>BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. <b>Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais</b>, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.</p>		

Nome do componente curricular: <b>Pesquisa e Elaboração de Projetos</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b></p> <p>Trabalho Monográfico. Metodologias e pesquisas. Pesquisa participante. Metodologia da Pesquisa-</p>		

Ação. Base empírica da pesquisa social. Etnociências. Abordagem sistêmica. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.

**Bibliografia básica:**

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

**Bibliografia complementar:**

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília, Líber Livro, 2002. (Série Pesquisa em Educação).

DEMO, Pedro. **Pesquisa – princípio científico e educativo**. 8º Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIEGUES, A.C. e ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA; São Paulo: EDUSP, 2001.

Nome do componente curricular: <b>Estágio Curricular Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 120
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Compreende a organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental; processos de investigação e conhecimento da realidade. Elaboração e execução de projeto de estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Articulação interdisciplinar com o seminário integrador, com ênfase no debate sobre a educação ambiental. Fomentando as temáticas de pesquisa.

**Bibliografia básica:**

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é como se faz**. 20 ed. São Paulo: Loyola.

LIMA, Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília-DF: Liber Livro, 2012

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacional**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 296p.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 7 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

Nome do componente curricular: <b>Seminário Integrador V</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 34
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Retoma os resultados da pesquisa exploratória realizada no Seminário Integrador IV para a elaboração do projeto de pesquisa, considerando os seus elementos constitutivos ( tema, definição problema ,justificativa da escolha, propósito do estudo, sujeitos, campo empírico, metodologia adotada e cronograma de execução) e a articulação com o estágio e o TCC. Abordagem crítica das diversas dimensões que compõem o estudo sobre currículo. Atividades interdisciplinares orientadas e supervisionadas da práxis pedagógica da educação do campo. Tema do Seminário Integrador será baseado nas inspirações das temáticas estudadas no decorrer do Tempo Universidade e articulação com a realidade dos estudantes.

**Bibliografia Básica:**

FREITAS, L. C de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

FRIGOTTO, G. (org.). Educação e Crise do Trabalho. Perspectivas de Final de Século. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

KOSIK, K. Dialética do concreto. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRÉ, M. O cotidiano escolar, um campo de estudo. In: PLACCO, V. M. N.S.; ALMEIDA, L. R. O

coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2003.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Dialogando com a própria história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas: autores Associados, 1998.

## MÓDULO VI

Nome do componente curricular: <b>Políticas Públicas e Educação do Campo</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b>          Direitos Sociais. Conceito de Política Pública. Políticas Educacionais no Brasil a partir da Constituição do Estado Nacional. Políticas públicas para a Educação do Campo e os planos governamentais – entre o proposto e o vivido; as políticas educacionais no Brasil no contexto da influência dos organismos nacionais e internacionais. Mediações entre as Relações de Produção no Capitalismo e as Práticas Educacionais. Fundamentos da Educação do Campo. Redes de Saberes e a Superação de Dicotomias entre o Local e o Global, Rural e o Urbano, Cidade e o Campo. Políticas Públicas para a Educação do Campo. Financiamento; Formação Docente.</p>		
<p><b>Bibliografia básica:</b>          ARROYO, Miguel G. <b>Educação Básica e Movimentos Sociais</b>. In VV. AA. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: UnB, 1999.          AZEVEDO, J.M.L. <b>A educação como política pública</b>. Campinas: Autores Associados, 1997.          BIANCHETTI, Roberto G. <b>Modelo neoliberal e políticas educacionais</b>. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>          CASTEL, R. <b>As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário</b>. Petrópolis: Vozes, 1998.          DAVIES, Nicholas. <b>Legislação Educacional Federal Básica</b>. São Paulo: Cortez, 2004.</p>		

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação do campo**. In: VV.AA. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes de uma caminhada. Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. v. 4, 89-101, 2002.

Nome do componente curricular: <b>Prática Reflexiva do Ensino e Aprendizagem da Matemática</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Estudo reflexivo e crítico do ensino da Matemática na educação básica: concepções, objetivos, conteúdos, situações didáticas e avaliação. Pressupostos teórico-metodológicos voltados para o Ensino da Matemática na Educação Básica. Temas emergentes e tendências da Matemática na contemporaneidade, voltadas para a construção do conhecimento e para a compreensão e intervenção na realidade social, política, econômica e histórica cultural.

**Bibliografia básica:**

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é como se faz**. 20 ed. São Paulo: Loyola, 2006. 102 p.

BIEMBENGUT, Maria Salett; HEIN, Nelson. **Modelagem matemática no ensino**. São Paulo: Contexto, 2000 127p.

BOYER, Carl Benjamin. **História da matemática**. São Paulo: Edgard Blücher, 1974. 488 p.

**Bibliografia Complementar:**

ALVES, Eva Maria Siqueira. **A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível**. Campinas (SP): Papyrus, 2001.

BARALDI, Ivete Maria. **Matemática na escola: que ciência é esta?** Cadernos de divulgação cultural. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

BERDONNEAU, Catherine & CERQUETTI, Françoise. **O ensino da matemática na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BORBA, Marcelo de C. **Tendências internacionais em formação de professores de matemática.**  
 Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2006.

Nome do componente curricular: <b>Arte Educação e Modos expressões dos movimentos Sociais do Campo</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b>                  Apresenta as artes como objeto de conhecimento. Introduce os princípios básicos e funções das Artes na Educação. Implanta novas metodologias para o ensino das Artes na educação como formas de liberação do potencial criativo e expressivo do ser humano.                  Realiza atividades referentes a diversas linguagens artísticas (plásticas, cênicas, danças, musicais) assim como a diversas manifestações artísticas populares no âmbito regional. Vivencia o fazer artístico, o conhecimento e a reflexão em Arte. Estimula a aprendizagem artística nos planos perceptivos, imaginativo e produtivo na Educação Infantil, nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental e EJA. Analisa e discute os Parâmetros Curriculares de Arte para os anos/séries iniciais do Ensino Fundamental I.</p>		
<p><b>Bibliografia básica:</b>                  BRASIL, <b>Parâmetros Curriculares Nacionais: arte</b> / Secretaria de Educação Fundamental. – 2 ed. – Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2000.                  CANDIA, Cilene Nascimento; <b>‘Pro dia nascer feliz’: diálogos entre Augusto Boal e Paulo Freire nos estudos de teatro e de educação.</b> In Entrelaçando Revista eletrônica de culturas e educação, n. 1, p. 39-53, Ano I, 2010.                  FERRAZ, Maria Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Rezende e. <b>Metodologia do Ensino de Arte.</b> São Paulo: Cortez, 1999.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>                  BARBOSA, Ana Mae. <b>A Imagem no Ensino da Arte: anos 1980 e novos tempos.</b> – 7 ed. Ver. – São Paulo: Perspectiva, 2009.                  IAVELBERG, Rosa. <b>Para Gostar de Aprender Arte – Sala de aula e formação de professores.</b> Porto Alegre: Artemed, 2003.</p>		

Alegre: Mediação, 2009.

PINTO, João Rodrigues. **O lugar do teatro na educação do campo.** *In* Revista de Educação – Presente, n. 65, p. 59-63, ano 17, 2009.

Nome do componente curricular: <b>Estágio curricular Supervisionado III em Educação de Jovens, Adultos (e idosos)</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 100
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b>                  Estudo de concepções de práticas educativas da Educação de Jovens Adultos e Idosos no contexto Latino Americano, com foco na realidade brasileira. Análise do construto teoria/prática e pesquisa enquanto elementos fundantes para a aprendizagem da profissão docente e o desenvolvimento de práticas reflexivas em turmas de EJA no município de Amargosa e região circunvizinhas.</p>		
<p><b>Bibliografia básica:</b>                  FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da Autonomia.</b> São Paulo: Paz e Terra, 2006.</p> <p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. <b>Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.</b> São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. <b>Estágio e Docência.</b> São Paulo: Editora Cortez, 2004.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>                  FONSECA, Maria da Conceição F, Reis. <b>Educação Matemática de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições.</b> Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p> <p>FREIRE, M. <b>Observação, registro, reflexão.</b> Instrumentos metodológicos I. 3. ed. Série Seminários. Espaço Pedagógico, 2003.</p> <p>PINTO, Álvaro Vieira. <b>Sete lições sobre educação de adultos.</b> 15. Ed. São Paulo, 2007.</p>		

Nome do componente curricular: <b>Trabalho de Conclusão de Curso I</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória



Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30
<p><b>Ementa:</b></p> <p>Construção do projeto de pesquisa, tendo como foco principal a sistematização dos conhecimentos vivenciados no decorrer do Curso, em constante diálogo com as experiências sócio-profissionais dos estudantes. Elaboração do referencial teórico do TCC, com base na regulamentação da ABNT e regimento do curso.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>FAZENDA, Ivani (org). <b>Metodologia da pesquisa educacional</b>. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>KÖCHE, José C. <b>Fundamentos de metodologia científica</b>: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>KOSIK, Karel. <b>Dialética do concreto</b>. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico</b>. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <p>BAGNO, Marcos. <b>Pesquisa na escola</b>: o que é como se faz. 20 ed. São Paulo: Loyola, 2006. 102 p.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. 4. ed São Paulo: Atlas, 2002. 175p.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>	

Nome do componente curricular: <b>Seminário Integrador VI</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 34
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b></p> <p>Estudo dos métodos e dos diferentes instrumentos de apreensão de dados do campo de pesquisa em educação pela perspectiva crítica dos limites, possibilidades e adequação aos diferentes propósitos de estudo. Execução do projeto de pesquisa elaborado nos componentes curriculares do eixo Prático Pedagógico com ênfase em Educação do Campo. Elaboração de relatório parcial da pesquisa e publicação nos Seminários Integradores. Atividades interdisciplinares orientadas e supervisionadas da práxis pedagógica da educação do campo. Tema do Seminário Integrador será baseado nas inspirações das temáticas estudadas no decorrer do Tempo Universidade e articulação com a realidade dos estudantes.</p>		



**Bibliografia Básica:**

FREITAS, L. C de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

FRIGOTTO, G. (org.). Educação e Crise do Trabalho. **Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRÉ, M. O cotidiano escolar, um campo de estudo. In: PLACCO, V. M. N.S.; ALMEIDA, L. R. O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2003.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Dialogando com a própria história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

DEMO, Pedro. Pesquisa: principio científico e educativo. S. Paulo: Cortez, 2000.

## MÓDULO VII

Nome do componente curricular: <b>Fundamentos da Agroecologia, Cooperação e Economia Solidária</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	
<p><b>Ementa:</b> Bases históricas e filosóficas da agroecologia. A problematização da agricultura convencional nas dimensões: econômica, ecológica, social, ética e cultural. Legislação ambiental, agricultura e agroecologia. Fundamentação teórica da educação para a cooperação. Conceito da economia solidária, economia social, economia popular e terceiro setor. História e conceito do cooperativismo. Princípios do cooperativismo. Tipos de cooperativas. Legislação de uma cooperativa. Estrutura organizacional de uma cooperativa.</p>		
<p><b>Bibliografia básica:</b> ALTIERI, M. A. <b>Agroecologia</b>: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. GLIESSMAN, S. P. <b>Agroecologia - processos ecológicos em agricultura sustentável</b>. Porto Alegre:</p>		

UFRGS, 2005.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

**Bibliografia Complementar:**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 6ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**: por uma ecologia política. São Paulo: Edgard Blücher, 1973. 394p.

Nome do componente curricular: <b>Estagio Curricular Supervisionado IV de Gestão dos Processos Educativos em Ambientes Não Escolares</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 80
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa**

Discute as concepções e legislação de Estágio. Estudo das diferentes relações no campo de estágio; saberes e competências necessárias à formação diversificada do pedagogo e seu exercício profissional em espaços não - formais. A organização do trabalho pedagógico em projetos educacionais com crianças, jovens, adultos e idosos em espaços não escolares; processos de investigação e conhecimento da realidade para a elaboração e execução de projeto de estágio em contextos não escolares. Articulação interdisciplinar com o seminário integrador, com ênfase no debate sobre educação e diversidade. Fomentando as temáticas de pesquisa.

**Bibliografia básica:**

GHANEM, Elie; TRILLA I BERNET, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim. **Educação formal e não-formal**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008. 167p.

MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard de Assis. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 104p.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 296p.

**Bibliografia Complementar:**

CARNICEL, Amarildo; FERNANDES, Renata e PARK, Margareth (Orgs). **Palavras-chaves em educação não-formal**. São Paulo: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação formal e não-formal**. São Paulo: Summus, 2008.

MARGARETH, Brandini Park; OLGA, Rodrigues de Moraes Von Simson; RENATA, Siero Fernandes. (Orga). **Espaço e Tempo**. Campinas São Paulo: Editora UNICAMP, 2001.

Nome do componente curricular: <b>Trabalho de Conclusão de Curso II</b>	Centro: CETENS	Carga horária: 68
Modalidade: Componente curricular	Função: Prático Pedagógico	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 30	

**Ementa:**

Elaboração e apresentação do TCC, com base na regulamentação da ABNT e no regimento de TCC do curso

**Bibliografia Básica:**

FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KÖCHE, José C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

**Bibliografia Complementar:**

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola**: o que é como se faz. 20 ed. São Paulo: Loyola, 2006. 102 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

## EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

<b>Código e Nome do componente curricular:</b>		<b>Centro: CETENS</b>		<b>Carga horária:</b>		
<b>Leitura e Produção de Textos Acadêmicos</b>				<b>Tu:</b> 17h	<b>TC:</b> 17h	<b>Total</b> 34h
<b>Modalidade:</b> disciplina	<b>Função:</b> básica	<b>Natureza:</b> Optativa				
<b>Pré-requisito:</b>		<b>Módulo de alunos: 30 alunos</b>				
<b>Ementa: EMENTA:</b> Estratégias de leituras e interpretação de textos acadêmicos. Textualidade, com ênfase em aspectos organizacionais do texto escrito de natureza técnica científica e/ou acadêmica. Questões de argumentação, textos acadêmicos: resumo, resenhas, pôster, artigo, relatos de experiências e memoriais.						
<b>Bibliografia Básica: (mínimo 03)</b> ALEXANDRE, M. J. de O. <b>A construção do trabalho científico: um guia para projetos pesquisas e relatórios científicos</b> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.  DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). <b>Gêneros textuais &amp; Ensino</b> . 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.  GARCEZ, L. H. do C. <b>Técnica de redação: o que preciso saber para escrever</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2002.						
<b>Bibliografia Complementar: (mínimo 05)</b>  MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <b>Fundamentos da metodologia científica</b> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.  MORAIS, José. <b>A arte de ler</b> . São Paulo: EdUNESP, 1996. OLIVEIRA, Jorge Leite de. Texto acadêmico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. <b>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS</b> . Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Referências bibliográficas – Normas técnicas. Rio de Janeiro, 2002.						

<b>Código e Nome do componente curricular:</b>		<b>Centro: CETENS</b>	<b>Carga horária:</b>		
<b>Pedagogia da Alternancia</b>			<b>Tu:</b> 17h	<b>TC:</b> 17h	<b>Total</b> 34h
<b>Modalidade:</b> disciplina	<b>Função:</b> básica	<b>Natureza:</b> Optativa			
<b>Pré-requisito:</b>		<b>Módulo de alunos: 30 alunos</b>			
<p><b>Ementa:</b> Pressupostos filosóficos, teórico-metodológico da Alternância. Método que articula Tempo Universidade com Tempo Sócio-produtivo. Instrumentos pedagógicos e suas implicações com ensino, pesquisa, extensão, estágio, Trabalho de Conclusão de Curso e suas relações com a escola da educação básica pública do campo, comunidade e educação em Ambiente Não escolar. Avaliação da aprendizagem. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade. Seminário Integrador</p>					
<p><b>Bibliografia Básica:</b>          ARRUDA, Marcos; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARROYO, Miguel G.; MINAYO GOMEZ, Carlos. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.</li> </ul> <p>FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Bibliografia</p>					
<p><b>Complementar:</b>          SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade. Porto Alegre: Artmed, 1998. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. URANI, A; FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. A experiência do trabalho e a educação básica. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP &amp; A, 2007.</p>					

<b>Código e Nome do componente curricular:</b>		<b>Centro: CETENS</b>		<b>Carga horária:</b>		
INFORMÁTICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO				<b>Tu:</b> 17h	<b>TC:</b> 17h	<b>Total</b> 34h
<b>Modalidade:</b> disciplina	<b>Função:</b> básica	<b>Natureza:</b> Optativa				
<b>Pré-requisito:</b>		<b>Módulo de alunos: 30 alunos</b>				
<b>EMENTA:</b> Apresenta as intersecções entre as novas tecnologias de informática e a Educação, bem como as suas implicações e repercussões na sociedade e na escola. Debate o uso das TIC's como ferramentas pedagógicas no contexto educacional.						

**Bibliografia Básica:**

ALBUQUERQUE, Teresa Kátia e MATTER, Nely.. Unidade 1 – Tecnologias e mídias contemporâneas na educação. In:

CAMPELLO, Sheila Maria Conde Rocha e GUIMARÃES, Leda Maria de Barros. Módulo 12 – Tecnologias contemporâneas na escola 2. Brasília: LGE Editora, 2010. BELLONI, Maria Luiza. O que é Mídia educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2001

COX, Kenia Kodel. Informática na educação escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 87).

**Complementar:**

ALBUQUERQUE, Teresa Kátia Alves de. Informática aplicada. Palmas-TO: Instituto Federal Tocantins,, 2011 (Caderno de Informática).

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999. \_\_\_\_\_O que é virtual. (trad. Paulo Neves). São Paulo: Editora 34, 1996. SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lúcia Silva. Alfabetização tecnológica do professor. Petrópolis: Vozes, 1999.

**RECURSOS HUMANOS****Formulário  
Nº 15**

Para situar a projeção de recursos humanos e infraestrutura que subsidiará/sustentará o Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo tomamos como referência o Curso de Pedagogia do PARFOR do Centro de Formação de Professores da UFRB, sobretudo no que concerne a contratação dos docentes que irão ministrar os componentes curriculares.

Os docentes a serem contratados deverão ter a compreensão das especificidades que envolvem os povos do campo e, portanto, a educação do campo, o que pressupõe compromisso com a formação integral crítica e reflexiva dos discentes, competência teórica e prática nos componentes curriculares que ministraram assumindo como princípio ético o trabalho solidário e coletivo.

O corpo docente que irá compor o quadro de professores do Curso de Licenciatura em Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo, será formado, prioritariamente, por docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Todavia, este não será um critério rígido, caso seja necessário, serão contratados profissionais de outras Instituições (pública ou privada) de Ensino Superior, considerando-se a qualificação e a aderência do perfil do profissional as demandas do referido curso.

Para tanto, serão selecionados profissionais que tenham compromisso com a formação integral, crítica e reflexiva dos docentes em formação, com reconhecida competência teórico/prático para ministrar o componente curricular que lhe for confiado. Ademais, pressupõe-se que os professores demonstrem interesse por contínua atualização e apresentem disponibilidade para o trabalho coletivo, considerando que a abertura às inovações político/pedagógico, a habilidade para o trabalho em grupo, responsabilidade social e a aceitação da avaliação institucional e a auto avaliação, como práticas pedagógicas de crescimento profissional, configuram-se características indispensáveis ao profissional requisitado para ministrar aulas no curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo. A coordenação do curso será composta por um coordenador(a) pedagógico e um vice coordenador(a).

Estima-se que o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), onde o curso proposto será ofertado, deverá contar com um número aproximado de 20 servidores técnico-administrativo, os quais atuarão nos núcleos de apoio acadêmico, administrativos, de pós-graduação, de pesquisa, de extensão e técnicos de laboratórios.



Para os primeiros dois semestres serão selecionados 12 docentes das áreas de Pedagogia, Geografia, História, Letras, Matemática e Psicologia, sendo exigida a qualificação de mestre, doutor e um percentual menor de professores especialistas.

## **DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICOS DO CETENS POR UNIDADE**

UNIDADE DE ATUAÇÃO	Nº DE TÉCNICOS
Gerência Técnica Administrativa - GTA	04
Secretaria Administrativa – SECAD	01
Núcleo de Gestão Técnica Acadêmica – NUGTEAC	05
Núcleo de Gestão Técnica Administrativa – NUGTEAD	07
Núcleo de Gestão Técnica Específica – NUGTESP	03
Biblioteca Universitária	04
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

## **DOCENTES DO CURSO COM AS RESPECTIVAS TITULAÇÕES**

PROFESSOR	TITULAÇÃO DOS PROFESSORES	TEMPO DE SERVIÇO NA UNIVERSIDADE	REGIME DE TRABALHO
Kássia Aguiar Norberto Rios	Bacharel e Licenciatura em Geografia, Especialista em Metodologia de Ensino na Educação Superior, Mestrado e Doutorado Geografia	Quatro anos	DE
Analdino Pinheiro Silva Filho	Licenciado em Ciências com Habilitação em Matemática, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Mestrado em Educação	Três anos e dois meses	DE
Rita Santos Chagas	Graduação em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação	9 anos	DE
Midian Jesus de Souza	Bacharel em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina e licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Especialista em Língua Brasileira de Sinais.	Três anos e sete meses	DE
Maria Eurácia Barreto de Andrade	Graduada em Pedagogia, especialização em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, Psicopedagogia aplicada a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Mestrado e	Dois anos	DE

	Doutorado em Educação		
Maricleide Mendes de Lima	Bacharel e Licenciatura em Química, Especialização em Metodologia do Ensino e Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências	Três anos	DE
Celidálva Sousa Reis	Graduação em Pedagogia, Mestrado em Teologia com Linha de Pesquisa em Educação.	Professora colaboradora (Um ano e Seis meses)	Professora colaboradora
Leandro de Jesus da Silva	Graduado em Letras, Mestrado em Estudos Literários	Sete meses	Professor substituto
Sátilla Souza Ribeiro (34 horas)	Graduada em Letras- Libras; Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia; Especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC); Especialista em Libras pela Universidade Leonardo da Vinci (UNIASSELVI);	Três anos	DE
Fernando Ferreira de Moraes	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, Doutorado em Ciências Biológicas	2 anos	DE
Maira Lopes dos Reis	Graduada em Geografia e Mestrado em Geografia	3 anos	DE
Tatiana Ribeiro Velloso	Graduação em Agronomia, especialização em cooperativismo, mestre em extensão rural e Doutora em Geografia		DE
Ricardo Pacheco Reis	Graduação em Letras vernáculas, especialização em estudos Literários, Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural	2 anos	DE
Nanci Rodrigues Orrico	Graduação em Pedagogia, especialista em Inclusão e mestre em Educação e Contemporaneidade	2 anos	DE
Silvana Lúcia da Silva	Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia,	9 anos	DE



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD  
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica



Lima			
Isa Beatriz da Cruz Neves	Graduação em História, mestrado e doutorado em Educação	Professora colaboradora (UFBA)	DE
Carla Carolina Costa da Nova	Graduação em Pedagogia Mestrado em educação	4 anos	DE

**INFRAESTRUTURA****Formulário  
Nº 16**

A UFRB possui uma infraestrutura multicampi, distribuída em seis cidades do Recôncavo da Bahia. Em todos os campi existe serviço de vigilância terceirizado, com alguns espaços físicos adequados ao funcionamento dos cursos e outros em processo de adequação. As instalações recebem manutenção periodicamente, caracterizando um ambiente de trabalho funcional que atende às exigências para uma instituição de ensino superior.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo será oferecido pelo Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) - UFRB, o qual dará suporte de recursos pessoal e material, além de contar com o apoio do Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), em Cruz das Almas; Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), em Cachoeira; Centro de Ciências da Saúde (CCS), em Santo Antônio de Jesus; e o Centro de Formação de Professores (CFP), em Amargosa; o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em Santo Amaro.

A política de incremento do acervo da UFRB estará em consonância com a proposta pedagógica, o que garantirá toda a bibliografia básica. A política de atualização e renovação permanente da Biblioteca Central tem como objetivo mantê-la em consonância com os avanços científicos e fornecer uma nova dinâmica ao processo ensino-aprendizagem. São observados na seleção dos materiais do acervo dois critérios: o da demanda e o técnico. O critério da demanda se faz através da análise estatística do uso do material bibliográfico. O critério técnico atende as condições seguintes: adquirir toda a bibliografia básica indicada nos Planos de Ensino de todas as disciplinas, limitar a aquisição das obras estrangeiras a dois exemplares por título, exceto quando essa estiver indicada na bibliografia básica; adquirir um volume para cada título dos materiais não convencionais, Cd Rom, fitas de vídeo, diapositivos e periódicos; interagir o usuário, objetivando conhecer suas necessidades; adequar o acervo com qualidade, atualidade e confiabilidade das informações; estabelecer convênios de cooperação com outras instituições e bibliotecas.

Para o funcionamento do curso, o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) da UFRB irá dispor:

1. Acervo bibliográfico, que contemple os títulos indicados nas referências das ementas, bem como periódicos diversos que discutam as temáticas das áreas de Pedagogia, Educação do Campo, Questões Agrárias, Psicologia da Educação e da Aprendizagem, dentre outros.

Cabe destacar, que para o funcionamento do curso contaremos com o apoio da infraestrutura de outras



instituições parceiras, já articuladas, a exemplo da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFBA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

2. Pavilhão de Aulas (PA) com salas disponíveis para até 50 alunos, laboratório de informática para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas, todas equipadas com multimídias.

**AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO  
PEDAGÓGICO E DA APRENDIZAGEM DO DISCENTE****FORMULÁRIO  
Nº 17**

A avaliação do projeto pedagógico, dos componentes ofertados, do desempenho dos discentes e da infraestrutura ofertada dará subsídios para a tomada de decisões sobre os arranjos curriculares e suas implicações com o processo formativo dos estudantes, orientando possíveis mudanças curriculares, no decorrer do curso. Portanto, esta avaliação deverá cumprir: 1) Função Pedagógica: deve articular os processos pedagógicos teórico-práticos com a finalidade de cumprimento dos objetivos, das habilidades e competências em consonância com a concepção de educação do campo desenhada no projeto pedagógico do Curso; 2) Função Diagnóstica: através de instrumentos adequados e da escuta sensível, identificar os avanços e as dificuldades dos professores e dos estudantes durante a implantação do Curso; 3) Função de Análise: com base nas respostas da função diagnóstica, revisitar a proposta pedagógica para repensar o currículo de forma que o mesmo traduza os princípios políticos, filosóficos, técnico-científicos, do Curso, e, sobretudo, revele a concepção de homem e de educação que desejamos para a sociedade campestre. Trata-se de um processo avaliativo de natureza preventiva e de caráter cumulativo, cabendo ao Colegiado do Curso a coordenação dessas atividades. Em conformidade com a concepção de avaliação institucional do SINAES, no processo de avaliação do curso serão utilizados procedimentos geradores de dados quantitativos e qualitativos, para garantir uma análise global de desenvolvimento do Curso tendo como perspectiva a gradativa consolidação do Projeto Pedagógico. A avaliação será feita em momentos esporádicos, mas, será sistemática, contínua e global envolvendo todos os sujeitos do processo: direção do Centro, coordenação, docentes, discentes e parceiros.

**Avaliação do curso**

Na avaliação dos estudantes devem ser destacados dois objetivos, a saber: a) auxiliar o graduando no seu desenvolvimento pessoal e b) responder à sociedade pela qualidade da formação acadêmica oferecida pela Instituição.

Em primeiro lugar, esta avaliação responde à missão institucional, na medida em que a UFRB, como instituição pública, deve cumprir sua função social de ministrar ensino superior visando o desenvolvimento do espírito político-científico e social. O processo avaliativo deverá proporcionar aos alunos a possibilidade de manifestação dos conhecimentos produzidos, da autoavaliação, competências e habilidades desenvolvidas, para atingir os objetivos do Curso e o perfil do licenciando que se pretende formar.

Com essa compreensão, cabe ressaltar que avaliação é pautada em instrumentos processuais que propicie ao alunado refletir o caráter dinâmico e, ao mesmo tempo transformador de seus princípios formativos, numa ética coletiva e individual do estudante. Entende-se, ainda, que as comunidades que vivem no/do campo possuem uma temporalidade e uma identidade cultural e socioeconômica própria para a realidade em que estão mergulhados, mesmo interagindo direta ou indiretamente com o mundo urbano globalizado.

Assim, estabelecer o diálogo crítico, como processo de avaliação e práxis pedagógica é, de certa forma, um testemunho social da qualidade da formação acadêmica que a IES oferece à sociedade.

Em segundo lugar, a avaliação da aprendizagem objetiva auxiliar o estudante a compreender o grau de amadurecimento em seu processo de formação, com base nos princípios filosóficos epistemológicos da pedagogia da alternância. Neste sentido, a avaliação se constitui, portanto, em um diagnóstico sobre a aprendizagem do estudante no processo de constituição de sua formação. Por esse veio, a avaliação da aprendizagem diz respeito, também, ao professor e à Instituição, na medida em que está atrelada ao processo e às condições materiais de ensino. Porquanto, a avaliação da aprendizagem não é uma questão apenas do estudante – o sujeito que aprende, mas também do professor – o sujeito que ensina, em condições objetivas de trabalho em consonância com os pressupostos da Pedagogia da Alternância, fundamenta-se nos princípios filosóficos epistemológicos das obras de Paulo Freire, Gimonet, Pineau, e na concepção de Educação do Campo.

A avaliação consiste em um processo de incentivo aos discentes para a produção do saber que emerge das atividades de ensino, especialmente no que concerne ao desenvolvimento de competências e à apropriação dos conhecimentos significativos para atuação profissional. Assim, as produções dos discentes no Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade serão atribuídas notas para avaliar o processo de aprendizagem dos discentes (avaliação qualitativa e quantitativa).

A base da avaliação da aprendizagem do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da UFRB se pautará, portanto, na busca de diálogo entre o estudante e o professor, em um processo interativo de humanização do ensino e obedecerá a Resolução específica, que regulamenta os procedimentos de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem nos cursos de graduação da Instituição, onde o aproveitamento do estudante é mensurado através de avaliações, cujos resultados serão expressos em notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) e será aprovado quando obtiver média ponderada, em cada componente curricular, igual ou superior a 7,0 (sete). Em se tratando de estudante que tenha que prestar exame final, será considerado aprovado quando obtiver a média mínima de 5,0 (cinco), resultante da média parcial e do exame final. A assiduidade será mensurada através de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista em cada componente/atividade curricular.

### **Instrumentos de Avaliação da Aprendizagem**

Os instrumentos utilizados para avaliação da aprendizagem dos discentes são: a) Caderno da Realidade, b) Plano de Estudos, c) Entrevista, d) Formulários, e) Autoavaliação (orientada por roteiro), f) Avaliação coletiva (Projeto Integrador).

Considera-se que o Curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo é interdisciplinar, e, portanto, espera-se que os professores e estudantes ao longo do curso elaborem outros instrumentos de avaliação de acordo com as demandas dos discentes tanto no Tempo Universidade como no Tempo Comunidade, para que tenhamos uma formação sólida de qualidade para o campo. Por ser avaliação interdisciplinar, deve perpassar pelos processos avaliativos articulando ensino e aprendizagem.

Esse processo avaliativo que articula ensino e aprendizagem, considera que se os estudantes se apropriam dos saberes previstos na proposta do curso, estarão diretamente conectados com a aprendizagem das “Competências e Habilidades requeridas Pela portaria MEC/INEP nº255/2014,



que dispõe sobre o componente Formação Geral que integra o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e no seu artigo 3º e incisos 1º e 2º tratam das Competências, Habilidades e Temas a serem tratados, os quais consideramos importante destacar.

1º *No componente de Formação Geral*, serão verificadas as seguintes habilidades e competências: I - ler, interpretar e produzir textos; II - extrair conclusões por indução e/ou dedução; III - estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; IV - fazer escolhas valorativas avaliando consequências; V - argumentar coerentemente; VI - projetar ações de intervenção; VII - propor soluções para situações-problema; VIII - elaborar sínteses; IX - administrar conflitos. §

2º *As questões do componente de Formação Geral versam sobre os seguintes temas*: I - cultura e arte; II - avanços tecnológicos; III - ciência, tecnologia e sociedade; IV - democracia, ética e cidadania; V - ecologia; VI - globalização e política internacional; VII - políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, defesa e desenvolvimento sustentável; VIII - relações de trabalho; IX - responsabilidade social: setor público, privado e terceiro setor; X - sociodiversidade e multiculturalismo: violência, tolerância/intolerância, inclusão/exclusão e relações de gênero; XI - tecnologias de informação e comunicação; XII - vida urbana e rural.

**AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM****Formulário Nº18**

Quanto aos procedimentos de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem no curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, sinalizamos que no período de funcionamento do mesmo, houve esforços contundente dos docentes no sentido de desenvolver processos avaliativos na perspectiva da avaliação diagnóstica e formativa, dando ênfase a situações avaliativas que priorizam a continuidade da aprendizagem e, ao mesmo tempo, oferece elementos aos professores para perceber os conhecimentos que ainda não foram apreendidos e posteriormente reorientar a aprendizagem dos discentes. Por se tratar de um curso que atende professores que estão no exercício da profissão docente, os esforços para desenvolver avaliações que permitam a aplicabilidade da teoria na prática cotidiana, tem sido a dinâmica dos professores que ministram aula no referido curso. Nessa perspectiva, os processos avaliativos em desenvolvimento buscam aperfeiçoar as práticas avaliativas do curso e garantir a contextualização dos conteúdos programáticos, valorizando as experiências dos licenciandos, enquanto vislumbra atuar de forma interdisciplinar e avaliar os processos de forma contínua e em parceria com a coordenação e os estudantes. Enfim, vivenciamos um constante esforço de articulação entre teoria e prática, de forma que as realidades de vida dos estudantes possam ser compreendidas com base nos conhecimentos científicos, ou seja, para além dos fundamentos fornecidos pelos seus conhecimentos populares, pelo senso comum.

Neste sentido, os Seminários Integradores, o Colegiado do Curso com a participação dos alunos, constituem-se espaços de articulação e diálogo para construir e aprimorar instrumentos e práticas avaliativas, bem como acompanhamento das atividades do curso.

Em consonância com as orientações do PPC e com a dinâmica geral de funcionamento do curso, tal como acabamos de sinalizar, os procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem adotados tem sido do tipo avaliações orais, avaliações escritas individuais, em duplas ou em pequenos grupos, avaliações escritas em duas fases – através das quais os alunos têm a oportunidade de retomar os conteúdos e procedimentos em avaliação como tópicos de estudo e de pesquisa em um segundo momento –, relatórios de atividades de pesquisa e de experimentos, produções de textos escritos de natureza descritiva e crítico-reflexiva, elaboração de projetos e intervenção nas práticas de sala de aula, elaboração de textos acadêmicos (relatos de experiências, artigos e comunicações científicas,

No que diz respeito às atividades realizadas durante o Tempo Comunidade (TC), dois instrumentos têm sido de fundamental importância para a avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, quais sejam:



o Plano de Estudos e o Caderno de Realidade. Através desses instrumentos de acompanhamento e avaliação, os professores definem as tarefas e atividades a serem realizadas pelos estudantes no TC e avaliam os avanços, as aprendizagens, a capacidade de articulação teoria-prática, etc., tendo o Seminário Integrador como o espaço-tempo curricular onde as discussões, esclarecimentos e orientações pontuais ocorrem.

Há que se destacar ainda que, se constitui como uma das atividades importantes do curso, as visitas dos professores nas comunidades onde os alunos vivem, oportunidade em que a avaliação dos processos de ensino-aprendizagem ganha outra dimensão, na perspectiva da orientação e direcionamento/redirecionamento demandados pelos processos em desenvolvimento nas comunidades.

Por fim, no que diz respeito ao registro final dos resultados das avaliações, as manifestações das aprendizagens dos alunos são contabilizadas em termos quantitativos e registradas no sistema de notas formal da Universidade, dentro dos parâmetros estabelecidos no Sistema SIGAA, através do qual tais resultados são sistematizados com base na seguinte equação matemática:

$$MF = \frac{6.MP + 4.PF}{10}$$

Para os fins que se propõe esta equação, **MF** é a Média Final obtida pelo estudante, **MP** é a Média Parcial de todas as avaliações realizadas durante a etapa letivo e **PF** é a nota da Prova Final obtida pelo aluno, a qual é feita, sempre que o mesmo não alcança um resultado igual ou superior a 7,0 (setes pontos) na Média Parcial.

**De acordo com o REG a média agora é 6, mas até o momento o curso funcionou com média 7**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Isabel Brasil Pereira; ALENTEJANO Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

DIEGUES, A. C. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Ática, 1983.

FREITAS, Luis Carlos de. A organização da organização do trabalho Pedagógico. Campinas: Papyrus, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Cidadania e formação técnico-profissional: desafios neste fim de século. In: SILVA, Luiz Heron et al. (Org.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Mapeamentos temáticos no Estado da Bahia. **Banco de Dados**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2012.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim **Dados estatísticos**. MPA, 2014.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim **Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2010**. MPA, 2012.

**PPC. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo. Área Ciências Agrárias.** Centro de Formação de Professores. UFRB: Amargosa, 2013.

**PPC. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação do campo com habilitações em Ciências da Natureza e Matemática.** Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade. UFRB: Feira de Santana, 2013.

**PPC. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Projeto de Formação Inicial de Professores.** UFBR: Amargosa, 2010.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. **Ah, esse povo do mar!:** um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas, SP: Ceres, 2006.

RAMOS, Sergio. **Manguezais da Bahia:** breves considerações. Ilhéus: Editus, 2002.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Aquicultura e Pesca:** Tilápias. Relatório. Estudos de mercado SEBRAE/ESPM. SEBRAE, 2008.

## **ANEXO 1: Minuta de Regulamento de Estágio**

### **MINUTA – RESOLUÇÃO xxx / 2017**

**Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).**

O **Presidente do Conselho Acadêmico** – CONAC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação extraída da sessão ordinária de sua Câmara de Graduação, realizada no dia XX de XXXXXXXX de 2017,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, conforme o anexo único desta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cruz das Almas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ .

**Silvio Luiz de Oliveira Soglia**  
**Reitor**  
**Presidente do Conselho Acadêmico**

## **REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

### **PREÂMBULO**

O presente regulamento Trata sobre a política de estágio do Curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O Estágio Curricular Obrigatório está organizado conforme o Projeto Pedagógico do Curso; a Lei 9.394 de 20/12/1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei Federal de Estágio nº 11.788 de 25/09/2008 e sua notificação recomendatória; a Resolução nº 01 e 02/2002 - CNE/CP, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica com duração e carga horária dos cursos de licenciatura, em nível superior, de graduação plena, considerando as especificidades da Educação do Campo, em consonância com os seguintes documentos: a Resolução CNE/CEB nº 1, de 03/04/2002, que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a

política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); e a Resolução CONAC 38/2011, a qual dispõe sobre o Regulamento de estágio curricular obrigatório e não obrigatório dos cursos de graduação da UFRB.

## CAPÍTULO I DA FINALIDADE

**Art. 2º** O Estágio Curricular Obrigatório é compreendido como ação que atravessa os tempos e espaços formativos. Na perspectiva da Pedagogia da Alternância, é um momento de se aperfeiçoar os conhecimentos científicos, teóricos e práticos, a serem concretizados de modo a efetivar o diálogo entre as aprendizagens do tempo-universidade, as atividades práticas do tempo-comunidade e a organização do trabalho pedagógico, nas escolas do campo e nos espaços não escolares.

**Art. 3º** O Estágio Curricular Obrigatório é um componente curricular do eixo formativo Formação Prático Pedagógico com ênfase em Educação do Campo, **que tem por finalidade dá materialidade às dimensões teórico-práticas previstas no PPC do curso**, a sistematização das normas, procedimentos e atribuições de todos os sujeitos diretamente envolvidos na realização do Estágio, componente obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo.

## CAPÍTULO II

### DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO, CONCEITO, CONSTITUIÇÃO E OBJETIVOS

**Art. 1º.** - O Estágio Curricular Supervisionado previsto neste regimento fundamenta-se nos termos da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

**Art. 2º.** - O Estágio Curricular Supervisionado, parte integrante da formação em nível superior dos professores da Educação Básica, consiste na participação dos professores em exercício em atividades que contribuam para ressignificar suas identidades profissionais contribuindo para a sua formação inicial e continuada em serviço.

**Parágrafo Único** – O Estágio Curricular Supervisionado referido no *caput* deste artigo será realizado de acordo com a **estrutura dos componentes curriculares**, respeitando-se a matriz curricular e os pré-requisitos estabelecidos no PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo;

**Art. 3º.** - O Estágio Curricular Supervisionado, atividade curricular obrigatória do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo, constitui-se em campo de conhecimento que se produz na interação entre os cursos de formação de professores e o campo social onde se desenvolvem as práticas educativas.

**Art. 4º.** - O Estágio Curricular Supervisionado, enquanto campo de conhecimento, deve possibilitar que sejam trabalhados aspectos indispensáveis da formação docente, quais sejam:

I – Mobilizar uma formação na e para a prática docente orientada pelas concepções e princípios da Educação do Campo, tendo como ponto de partida a experiência do educador em vista de aprimorar as práticas pedagógicas em constante diálogo entre o saber científico e os saberes da experiência.

II – Preparar o professor para o gerenciamento de sua prática docente e o consequente exercício do planejamento crítico-reflexivo, visando o atendimento da diversidade que constitui as escolas do campo.

III – Preparar o professor para o gerenciamento de sua prática docente e o consequente exercício do

planejamento crítico-reflexivo, visando o atendimento da diversidade que constitui as escolas do campo.

IV - Contribuir para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo, socializando/construindo novas alternativas de organização escolar e pedagógica para as escolas do campo.

V - Promover uma formação para a práxis pedagógica que colabore com a compreensão do fenômeno educativo contemporâneo nas dimensões político, social, cultural, ambiental e humana no contexto dos povos do campo.

### CAPÍTULO III

#### DA CARGA HORÁRIA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

**Art. 6º.** - A carga horária total de Estágio é de 400 horas vinculadas aos respectivos componentes curriculares (Estágio Curricular I, II e, III, IV), de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

§ 1º Os Estágios Curriculares Obrigatórios são: Estágio Curricular Supervisionado I- na **Educação Infantil** com carga horária total de 100 horas (Cem) horas nos dois tempos formativos, compostas de 50 horas no Tempo Universidade e 50 horas no Tempo Comunidade; Estágio Curricular Supervisionado II- **Anos iniciais do ensino Fundamental** com carga horária total de 120 horas (cento e vinte), nos dois tempos formativos, compostas de 60 horas no Tempo Universidade e 60 horas no Tempo Comunidade; Estágio Curricular Supervisionado III- **Educação de Jovens e Adultos**, com carga horária total de 100 horas (cem) horas nos dois tempos formativos, compostas de 50 horas no Tempo Universidade e 50 horas no Tempo Comunidade- docência na educação de Jovens e Adultos e Estágio Curricular Supervisionado IV- **Gestão dos processos educativos em ambientes não escolares** com carga horária total de 80 horas (oitenta) horas, compostas de 40 horas no Tempo Universidade e 40 horas no Tempo Comunidade.

§ 2º Propõe-se a observação e a regência efetiva em instituições de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos, onde o estudante deverá realizar o planejamento envolvendo os professores da escola e participar das aulas, cuja Prática Educativa deverá favorecer a experimentação de procedimentos pedagógicos com metodologias interativas e contextualizadas em sala de aula.

§ 2º O estágio deverá ser realizado no âmbito do ensino nas escolas do campo, assim como, observação e realização de atividades formativas em diferentes instâncias da estrutura educacional e de organizações educativas da sociedade, no âmbito não formal tais como: escolas do e no campo, Sindicatos, ONGs, Centros Familiares de Formação por Alternância, Organizações Sociais de Trabalhadores do Campo e da Educação e órgãos de gestão pública com atuação vinculada à Educação do Campo, no sentido de levantar informações necessárias e ou intervenções à compreensão do contexto educacional em que se insere o trabalho do educador.

**Art. 7º** - O Estágio Supervisionado valorizará o desenvolvimento de atividades que envolvam:

- I. Atuação como professores da educação infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos; Sindicatos, ONGs, Centros Familiares de Formação por Alternância, Organizações Sociais de Trabalhadores do Campo e da Educação e órgãos de gestão pública em escolas do campo;
- II. Atuação na gestão de processos educativos escolares ou não do Campo, e desenvolver estratégias pedagógicas voltadas para a formação de sujeitos críticos, autônomos, participativos e criativos;
- III. Compreensão da importância dos fundamentos históricos-filosóficos-científicos que influenciam o pensamento pedagógico, na construção da Educação do Campo;
- IV. Conhecimento do papel do trabalho interdisciplinar e transdisciplinar na produção do conhecimento pedagógico, bem como o comprometimento para com este trabalho, respeitando a realidade da Educação do Campo;

- V. Participação no debate sobre as questões atuais a respeito da Educação e em especial da Educação do Campo;
- VI. Compreensão do seu papel político como educador do campo, com efetiva participação na comunidade do campo.

**Art. 8º.** As atividades do Estágio Curricular Supervisionado compreendem dois tempos distintos e complementares:

I – **Orientação Tempo Universidade**, que compreende encontros presenciais com o professor responsável pela orientação, denominado Professor orientador;

II – **Orientação de Tempo Comunidade**, que compreende o acompanhamento das atividades no Campo de Estágio, nas instituições educacionais escolares e instituições educativas não-escolares, efetivando o estágio, com acompanhamento sistemático;

**Art. 9º.** As atividades a serem desenvolvidas no Estágio Supervisionado devem constar no Plano de Estágio previamente elaborado sob a orientação do professor de Estágio Curricular.

**Art. 10º.** As atividades do Estágio Curricular Supervisionado serão também subsidiadas de forma interdisciplinar com vistas a possibilitar reflexões teóricas e diagnósticos realizados durante os componentes da Licenciatura em Pedagogia com ênfase na Educação do Campo.

**Art. 11º.** - Os alunos poderão desenvolver atividades do Estágio Supervisionado na própria instituição em que já trabalham e em uma das salas de aula na qual são regentes.

**Art. 12º.** - A supervisão do estágio, a depender das condições para o seu desenvolvimento, dar-se-á conforme as seguintes modalidades:

I. *Supervisão direta*: planejamento de intervenções, acompanhamento e orientação do estagiário por meio de observação contínua e direta das atividades desenvolvidas ao longo de todo o processo;

II. *Supervisão indireta*: acompanhamento pelo professor por meio de relatórios, entrevistas e diálogos feitos com o coordenador ou diretor da escola alvo do estágio.

III - As atividades docentes se efetivam nos tempos de orientação do Estágio e no acompanhamento das atividades do Estagiário, considerando ações no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade.

§ 3º. A integralização da carga horária do estágio incluirá as horas destinadas ao planejamento, encontro coletivo semanal, orientação individual e avaliação das atividades, realizados sob a responsabilidade do professor orientador de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase na Educação do Campo. No tempo universidade 40 horas de aula teórica e prática (plano de estágio para docência, roda de conversa e relatórios) e no tempo universidade constará de: observação com 8h; o planejamento de aulas 12h e a regência com 20h.

**Parágrafo Único** - Os professores-estagiários receberão atendimento e orientação, coletiva e individual, quanto à organização e elaboração das atividades relativas ao Estágio Supervisionado.

#### **CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**Art. 13º.** - A avaliação do desempenho do professor-estagiário será realizada pelo orientador de forma contínua e sistemática durante o desenvolvimento de todo o estágio.

**Art. 14º.** - A avaliação do professor-estagiário será realizada por meio de **Plano** de Estágio, acompanhamento de desempenho e relatório final de estágio.

**Art. 15º.** - A elaboração do relatório de estágio deverá obedecer às normas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

**Art. 16º.** - O intercâmbio de experiências, bem como a análise e a avaliação dos projetos e atividades relativas ao Estágio Curricular Supervisionado, serão feitos entre o professor orientador e professores-estagiários em



encontros periódicos.

**Art. 17º.** - O professor-estagiário deverá entregar as atividades concernentes ao estágio em data a ser definida pelo orientador.

**Art. 18º.** - No caso de o professor-estagiário ser considerado não habilitado, deverá repetir a disciplina que inclui as atividades de prática docente.

## CAPÍTULO V

### DO PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO E SUAS ATRIBUIÇÕES

**Art. 19º.** - O orientador de estágio será preferencialmente um docente com formação em pedagogia, responsável por orientar e esclarecer o professor-estagiário quanto ao seu programa de estágio, colaborando com o desenvolvimento do Estágio Supervisionado.

**Art. 20º.** - Compete ao professor-orientador:

I. Entregar o termo de compromisso de estagio ao aluno, para a celebração do contrato de estágio firmado entre o estagiário, a parte concedente do estágio e a Instituição, de Ensino, conforme prevê a Lei 11.788/2008 e a resolução 38/2011 CONAC.

II. Orientar o estagiário nas atividades de estágio, nos relatórios parciais e no relatório final de estágio e planejar, acompanhar e avaliar as atividades junto ao estagiário;

III. Orientar a distribuição dos professores-estagiários nos campos de estágio;

IV. Manter contatos regulares com os professores-estagiários, individualmente e em grupo, para fins de troca de experiências e eventual complementação de conhecimento;

V. Promover reuniões com os professores-estagiários para oportunizar a reflexão da ação;

VI. Indicar ao professor-estagiário as fontes de pesquisa e de consulta necessárias para o aprimoramento da prática pedagógica e a busca de solução para as dificuldades encontradas;

VII. Preencher instrumentos de acompanhamento e avaliação do professor-estagiário;

VII. Avaliar os relatórios de estágio, divulgando e justificando os resultados obtidos;

VIII. Autorizar o professor-estagiário a participar de eventos de cunho científico em dias de estágio, agendando previamente a reposição do estágio;

**Art. 21º.** - O registro das horas destinadas ao Estágio Supervisionado para efeito de comprovação será feito em documento próprio definido pela coordenação do curso.

## CAPÍTULO VI

### DAS ATRIBUIÇÕES DO ALUNO ESTAGIÁRIO

**Art. 22º.** - O aluno-estagiário participará das atividades de ensino em ambiente escolar e não escolar, consolidando sua formação e a articulação entre a teoria e a prática.

**Art. 23º.** - O aluno-estagiário só deverá iniciar as atividades de estágio após apreciação e aprovação do Projeto de Estágio pelo orientador.

**Art. 24º.** - O estudante estagiário deverá elaborar um Plano do componente curricular - Estágio Curricular Supervisionado sobre tema específico, do qual, além de aulas poderão constar:

I. o acompanhamento dos estudantes-estagiários;

II. a realização de oficinas pedagógicas;

III. a organização de feiras e outras atividades científico-culturais, baseadas nos problemas, necessidades e características da realidade alvo.

**Art. 25º.** - O estudante-estagiário deverá ter 75% (setenta e cinco por cento) de presença nas aulas de fundamentação teórica oferecidas pelo curso e não possuir ausências nas aulas práticas salvo quando de sua

participação em evento de cunho científico.

**Art. 26º.** - Compete ao estudante-estagiário:

- I. Cumprir a carga horária e as demais exigências determinadas neste Regulamento;
- II. Apresentar, previamente, ao professor orientador os planejamentos das aulas que irá ministrar;
- III. Ser assíduo e pontual, apresentando-se de forma adequada aos locais onde se realizarão os estágios;
- IV. Ser assíduo às reuniões de orientação de estágio para reflexão e análise das informações obtidas;
- V. Elaborar e apresentar ao orientador relatório parcial e final do Estágio Supervisionado.

## **CAPÍTULO VII DAS OBRIGAÇÕES DO COORDENADOR DO CURSO**

Art. 27º - O coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo tem como função assegurar condições de infraestruturas e suporte pedagógico para o bom funcionamento das atividades de Estágio em escolas do campo em educação infantil e anos iniciais do fundamental nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos.

Art. 28 - Constituir a Comissão de Estágio do Curso formada por dois docentes e o professor orientador.

- I. A Comissão de Estágio será responsável por discutir, elaborar e socializar os documentos necessários para a condução das atividades de estágio.
- II. A discutir.

Art. 29º - Compete ao coordenador do curso:

- I. firmar e manter parcerias com escolas do campo e organizações não escolares, oferecendo um vasto campo para atuação do estagiário;
- II. oferecer condições adequadas para propiciar a orientação do professor nas atividades de estágio;
- III. fornecer informações e orientações aos professores e estagiários, de modo a assegurar a qualidade do processo de aprendizagem, por meio da intervenção pedagógica;
- IV. arquivar e expedir documentos necessários para a condução das atividades de estágio;
- V. realizar reuniões de acompanhamento periódico com os processos do estágio, como forma de socialização e garantia da qualidade do ensino, tendo como perspectiva o ambiente social de intervenção pedagógica.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 30º.** - Os casos omissos serão resolvidos pelo orientador do Estágio Supervisionado e pelo Coordenador do Curso.



---

**Anexo 2: Trabalho de Conclusão de Curso****RESOLUÇÃO Nº XX/2018****REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)/LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado individual ou em dupla, em etapas sucessivas previstas nos Componentes Curriculares Pesquisa e Elaboração de Projetos, TCC I e TCC II e estará em consonância com a natureza da pesquisa acadêmica, consistindo em uma apropriação crítica do objeto de estudo em questão.

**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O presente Regulamento tem por finalidade orientar e normatizar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo e se constitui instrumento obrigatório para a integralização curricular, de acordo com o artigo 14 e parágrafo único da resolução do CONAC 03/2007, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração de projetos pedagógico dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a resolução CONAC 016/2008, que dispõe sobre a regulamentação do trabalho de conclusão dos cursos de graduação da instituição.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma atividade acadêmica de sistematização de conhecimentos sobre um determinado “problema e temáticas pertinentes ao curso realizado” (CONAC, art.3, 016/2008), desenvolvida mediante orientação, acompanhamento, avaliação docente e apresentada sob a forma de:

§1º Monografia

§2º Artigo

§3º Relato de Experiência

§4º Memorial.

§5º Processos e produtos - produção de material didático educativo, sequência didática, jogos, cartilhas, vídeos, documentários com a sistematização de um texto reflexivo, que prime pela fundamentação teórico/metodológico do processo ou produto desenvolvido.

Art. 3º - O objetivo geral do Trabalho de Conclusão de Curso é propiciar aos estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo a oportunidade de exercitar, por meio de práticas investigativas e interventivas, a capacidade de análise crítico-reflexiva a partir do estudo em um dos seus eixos temáticos, contribuindo para ampliar o conhecimento científico de relevância social e apresentar indicadores de melhoria da produção e reprodução da vida dos povos do campo.

Paragrafo Único – Pressupõe-se que as ações de pesquisa integrem o conhecimento das bases sócio históricas da educação do campo com a formação sociopolítica dos profissionais da educação, em diálogo com as instituições escolares que atendem a Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e os primeiros anos do ensino fundamental, os movimentos sociais e sindicais do campo, vislumbrando ampliar a produção científica na área de Educação do campo.

**TÍTULO II****DAS LINHAS DE PESQUISA**

Art. 4º - Os trabalhos de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo serão desenvolvidos na área da Educação do Campo tendo em vista os seus grandes eixos temáticos:

§ 1º Formação Básica

§ 2º Formação Sociopolítica

§ 3º Formação Prático-Pedagógica com ênfase em Educação do Campo

### **TÍTULO III**

#### **DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Art. 5º - O processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso se dará no âmbito dos componentes curriculares Pesquisa e Elaboração de Projetos, TCC I e TCC II.

Art. 6º - No componente curricular Pesquisa e Elaboração de Projetos será realizado o estudo das abordagens, tipos de pesquisa, instrumentos de coleta de informações e a organização de um anteprojeto de pesquisa com a temática relacionada a um dos eixos temáticos do curso.

§ 1 – Tais elementos citados neste artigo deverão estar em sintonia e coerência teórica e metodológica com os elementos básicos fomentadores do Trabalho de Conclusão de Curso, quais sejam, a problemática, o problema e os objetivos – geral e específicos.

§ 2 – Durante o componente curricular Pesquisa e Elaboração de Projetos deverão ser definidos, formalmente, os professores orientadores dos trabalhos de cada estudante, os quais já atuarão na orientação necessária à elaboração de cada anteprojeto.

§ 3 – Ao final do período de Tempo Comunidade, o anteprojeto do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser apresentado pelos estudantes como requisito de avaliação deste componente curricular.

§ 4 – As atividades de orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso ocorrerão continuamente no componente curricular TCC I e TCC II.

Art. 7º - Durante o componente curricular TCC I, com orientação do professor responsável pelo componente Curricular, os discentes deverão tomar conhecimento e definir: tipo de produto a ser entregue e seus respectivos prazos. A partir de então com o professor orientador deverão aperfeiçoar o anteprojeto de pesquisa e construir parte significativa do referencial teórico do produto a ser apresentado.

Art. 8º - No componente curricular TCC II o professor responsável deverá analisar junto aos discentes a construção dos trabalhos, bem como orientá-los nas dúvidas e questões ainda necessárias para a finalização da pesquisa.

§ 1 – No componente curricular de TCC II o professor responsável deverá organizar junto a Coordenação do Curso as apresentações dos trabalhos e composição das bancas avaliadoras.

Art. 9º - Durante o Tempo Comunidade do Componente Curricular TCC II, caberá ao estudante, com o professor orientador, dar continuidade ao trabalho de conclusão de curso em seu formato final, visando a defesa pública perante banca avaliadora.

Art. 10º - A estrutura formal do trabalho deve seguir os critérios técnicos estabelecidos pelas normas vigentes da ABNT (no que forem aplicáveis) e adaptarem-se às definições sugeridas pela comissão de TCC, quando a natureza do trabalho exigir outros direcionamentos.

### **TÍTULO IV**

#### **DAS QUESTÕES INTERNAS AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E SEU DESENVOLVIMENTO**

Art. 11º - A temática do Trabalho de Conclusão de Curso, a ser realizado durante os componentes curriculares Pesquisa e Elaboração de Projetos, TCC I e TCCII precisa estar relacionado aos eixos temáticos que balizam o curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo

## **TÍTULO V**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO CURSO**

Art. 12º - São seguintes as atribuições do coordenador do Curso, em relação ao processo de elaboração do trabalho de Conclusão de Curso:

- I - Apresentar nomes de possíveis orientadores para as linhas de pesquisa.
- II - Garantir que os professores orientadores sejam vinculados a cursos de Licenciatura em Educação.
- III - Garantir à todos os alunos o direito de ter um professor orientador, definido no Componente Curricular Pesquisa e Elaboração de Projetos.
- IV - Homologar o nome do orientador, por meio de ficha preenchida pelo aluno e assinada pelo professor.
- IV - Articular junto ao colegiado, a composição e instituição da comissão de TCC.

Art. 13º - Organizar, juntamente com o professor responsável pelo componente TCC II, o calendário de defesa dos trabalhos de conclusão de curso divulgando, no período mínimo de 15 dias de antecedência, as datas e a composição das bancas.

Art. 14º - A banca será formada para a defesa pública de todos os trabalhos de conclusão de curso, independentemente do seu tipo ou modalidade.

## **TÍTULO VI**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR-ORIENTADOR**

Art. 15º - Ao professor-orientador compete:

- I - acompanhar/atender seus orientandos, em horário previamente fixado;
- II - analisar as produções entregues pelos orientandos, especificando toda e qualquer alteração necessária no texto, de forma que o estudante tenha clareza do que deverá redimensionar em sua produção;
- III - Encaminhar juntamente com a coordenação do curso os trabalhos de conclusão de seus orientandos para os professores da banca;
- IV- advertir o aluno sobre os possíveis casos de plágio, apropriação indevida de trabalho de propriedade intelectual de outrem e à contratação de serviços de terceiros para a elaboração parcial ou total do TCC.

§ 1º - A banca será constituída pelo professor-orientador e por mais dois professores convidados, podendo ser da UFRB ou de outra instituição de ensino e ou movimento social com inserção na área de Educação.

§ 2º - A banca será formada para a defesa pública de todos os trabalhos de conclusão de curso (artigo científico, monografia, projeto de intervenção e apresentação de relatórios com os resultados do trabalho, processos e produtos).

## **TÍTULO VII**

### **DOS DIREITOS E DEVERES DO ORIENTANDO (estudante)**

Art. 16º - O orientando tem o direito de:

- I – ser orientado periodicamente pelo professor-orientador;
- II – ser informado, com clareza, sobre os aspectos que precisam ser redimensionados no trabalho de conclusão de curso;
- III – receber indicações bibliográficas adequadas ao tema de pesquisa;
- IV – solicitar a substituição do orientador ao colegiado do curso quando da existência de problemas que interfiram diretamente no desenvolvimento do trabalho;
- V – ser informado sobre as datas das atividades que compõe o cronograma de elaboração e avaliação do trabalho de conclusão de curso;
- VI – Solicitar prorrogação do prazo de defesa do TCC ao colegiado do curso, apresentando justificativa, que terá parecer emitido por uma comissão.

Art. 17 - São deveres do orientando:

- I - Conhecer o regulamento de TCC do curso;
- II - Se comprometer com a construção gradativa do TCC, investindo na busca de referenciais teóricos metodológicos que subsidiem;
- III - Apresentar para o orientador, em data previamente definida, o anteprojeto de pesquisa elaborado durante o componente curricular de Pesquisa e Elaboração de Projetos;
- IV - Redigir o texto tantas vezes quanto forem necessárias, bem como sua versão final, obedecendo às normas técnicas de apresentação constantes no Guia de Trabalho de Conclusão de Curso;
- V- Cumprir as datas estipuladas pela Comissão para a entrega e apresentação do TCC;
- VI - Apresentar as cópias prévias e finais do TCC (01 [uma] em CD-ROM e 04 [quatro] impressas) à Comissão do TCC, ficando os custos sob a responsabilidade do estudante;
- VII - Garantir assiduidade nos encontros de orientação;
- VIII - Comunicar à Comissão de TCC dificuldades que interfiram no processo de elaboração de TCC.
- IX - Defender publicamente o TCC, no prazo previsto para integralização do curso.

## **TÍTULO VIII**

### **DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Art. 18º - A versão final do TCC deverá observar os critérios técnicos estabelecidos nas normas vigentes da ABNT, conforme orientações definidas em conjunto pelos professores-orientadores.

Art. 19º - Será considerado aprovado o TCC que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0).

§ 1 - Cabe à banca dar a nota final ao trabalho defendido publicamente;

§ 2 – Cabe ao professor-orientador dar a nota final somente nos casos em que for solicitada a revisão pela banca;

Art. 20º - Para todos os casos não previstos neste regulamento compete ao Colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo apreciar, julgar e emitir parecer sobre o trabalho.

## **TÍTULO IX**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 21 – A Comissão apresentará ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, as normas e datas para apresentação do TCC.

Art. 22 – Os casos omissos serão analisados pela Comissão de TCC e por ela julgados.

# UFRB

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD  
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica



---

Art. 23 – Estas normas entram em vigor na data de sua publicação.

**Parágrafo Único** – Cabe ao professor orientador e ao coordenador do curso fazer cumprir este regulamento.

**Anexo 3: Atividades Complementares de Curso****MINUTA – RESOLUÇÃO xxx / 2018**

**Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).**

O **Presidente do Conselho Acadêmico** – CONAC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no uso das suas atribuições e tendo em vista a deliberação extraída da sessão **ordinária** de sua Câmara de Graduação, realizada no dia **XX** de **XXXXXXXXXX** de 2018,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, conforme o anexo único desta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cruz das Almas, **XX** de **XXXXXXXXXX** de 2018

Silvio Luiz de Oliveira Soglia

Reitor

Presidente do Conselho Acadêmico

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONAC Nº **xxx** / 2018

**ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFRB**

**CAPÍTULO I****Dos Princípios Gerais**

**Art. 1º** As atividades complementares (AC) possuem o objetivo de ampliar o conhecimento dos alunos quanto à sua formação profissional, permitindo a sua diversificação e enriquecendo a formação oferecida na graduação, abrindo perspectivas nos contextos socioeconômico, técnico-científico e cultural da área profissional escolhida, articulando vivências no campo do ensino, pesquisa e extensão através da participação do corpo discente em tipos variados de eventos. Trata-se de atividades obrigatórias a todos os alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), vinculado ao Plano Nacional de Formação Inicial de Professores da Educação Básica (PARFOR).

**Art. 2º** As atividades complementares serão desenvolvidas ao longo do curso, devendo o discente totalizar 200 (duzentas) horas, conforme estabelecido no projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo.

**Art. 3º** Ainda que a universidade tenha responsabilidade na promoção de eventos e outras ações que possam ser

revertidas em AC, à escolha das atividades complementares dependerá da iniciativa e do dinamismo de cada aluno, que deve buscar as atividades que mais lhe interessam participar. Orienta-se que os alunos participem de eventos acadêmicos (mesas-redondas, palestras, simpósios, seminários, conferências, encontros e congressos) ou artístico-culturais promovidos por Instituições de Ensino Superior ou entidades de reconhecimento público com registros legais devidamente comprovados. Além destes, também a realização de cursos de extensão promovidos no âmbito da própria UFRB; atuação em projetos de pesquisa, projetos sociais/comunitários entre outras atividades extra-curriculares, sob orientação de um professor do curso poderão ser considerados como AC.

**Art. 4º** As Atividades Complementares do Curso tem como objetivos:

- I. Buscar a interdisciplinaridade por meio da integração entre os conteúdos de ensino desenvolvidos nos componentes curriculares que compõem o currículo;
- II. Integrar teoria e prática, por meio de vivência e/ou observação de situações reais pela informação;
- III. Articular o trinômio: ensino, pesquisa e extensão;
- IV. Promover a contextualização do currículo a partir do desenvolvimento de temas regionais e locais, julgados significativos para a sua formação;
- V. Expandir a dimensão do Currículo Pleno pela pluralidade e diversificação das atividades que podem ser vivenciadas pelo aluno;
- VI. Possibilitar o desenvolvimento dos alunos para atuarem como sujeitos ativos e como agentes do seu próprio processo histórico, capazes de selecionar os conhecimentos mais relevantes para os seus processos de desenvolvimento.
- VII. Ampliar a visão acadêmica e científica do discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da UFRB, vinculado ao PARFOR;
- VII. Aprofundar e consolidar a formação acadêmico-cultural do aluno, mediante o desenvolvimento das AC credenciadas pelo Colegiado do Curso;
- IX. Vivenciar atividades que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, com vistas a promoção da práxis docente, por se encontrar realizando um curso de licenciatura;
- X. Aperfeiçoar os conhecimentos com os quais teve contato no âmbito da graduação;
- XI. Possibilitar aos discentes o reconhecimento dos aspectos pedagógicos e científicos quando da realização das AC, verificando em que medida poderão ser incorporadas à vida pessoal, profissional e cidadã.
- XII. Proporcionar aos discentes o contato com projetos de pesquisa, projetos sociais, cursos, participações em eventos acadêmicos entre outras atividades, que poderão ser convertidas em AC, as quais oportunizem aos alunos o aprimoramento no seu desenvolvimento profissional.

**Art. 5º** Só terão validade as atividades realizadas durante a realização do curso após o ingresso do aluno na UFRB.

## **CAPÍTULO II** **Da Divulgação**

**Art. 6º** Caberá ao colegiado de curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo a divulgação da regulamentação das atividades complementares no ano de ingresso dos discentes, sendo facultado, para tanto, a utilização dos meios eletrônicos e/ou murais.

## **CAPÍTULO III** **Da Coordenação e Orientação**



**Art. 7º** Caberá ao colegiado de curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo a orientação acadêmica no semestre de ingresso do aluno no curso.

§ 1º A cada ano o colegiado constituirá uma nova comissão composta de três docentes, para contabilizar e divulgar a carga horária das Atividades Complementares do Curso –AC.

**Art. 8º** A coordenação de AC é competência do Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, cabendo-lhe:

- I - constituir comissão específica para conferir e avaliar os documentos comprobatórios apresentados pelos graduandos;
- II – orientar os discentes quanto à escolha e execução de suas atividades complementares;
- III - promover a divulgação de eventos e/ou atividades que possam contribuir para AC;
- IV - aprovar a realização de atividades e/ou projetos, cuja carga horária seja utilizada para fins de AC;
- V - encaminhar os processos de AC, previamente analisados, a Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos (SURRAC) para efeito de integralização curricular.

**Parágrafo único** – No semestre anterior a finalização do curso será lançado um Edital orientando os prazos e procedimentos para avaliação dos documentos.

**Art. 9º** Compete à comissão de AC:

- I - cumprir e fazer cumprir o que lhe compete nesse regulamento;
- II – avaliar o desenvolvimento das atividades realizadas pelos discentes, tendo como parâmetro o perfil do profissional que se deseja formar, segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso;
- III - avaliar e contabilizar os documentos comprobatórios apresentados pelos graduandos de acordo com o Baresma do capítulo V deste regimento.

## CAPÍTULO IV Da Responsabilidade do Discente

**Art. 9º** Os discentes devem:

- I - observar o regulamento das atividades complementares;
- II – levar ao conhecimento do colegiado as dúvidas ou questões que possam constituir problemas, e;
- III – dirigir-se ao Núcleo Acadêmico e solicitar, através de requerimento, ao Colegiado do Curso a validação das Atividades Curriculares Complementares para efeito da integralização curricular, mediante entrega de original e cópia dos documentos comprobatórios das atividades.

**Parágrafo único.** Os documentos comprobatórios de AC devem apresentar: instituição na qual a atividade foi realizada; carga horária e período de realização da atividade; identificação e assinatura do responsável pela emissão do documento. Ressalve-se que, em caso de publicação, serão entregues apenas as cópias autenticadas da capa, da folha de rosto e do texto de autoria discente.

## CAPÍTULO V Do Desenvolvimento e Avaliação

**Art. 9º** As atividades complementares receberão uma pontuação conforme descrito a seguir:

Atividade	Carga-horária equivalente
Participação em Projeto de Extensão	Máximo 30 pontos (10 pontos por semestre)



Participação em Projeto de Pesquisa	Máximo 30 pontos (10 pontos por semestre)
Participação em Projeto Externo	Máximo 30 pontos (10 pontos por semestre)
<b>Participação em Evento:</b> Participação como ouvinte em Seminários, Congressos, Eventos de natureza acadêmica e profissional ligados à educação e áreas afins organizados pela UFRB ou por órgãos públicos, empresas de assessorias educacionais, Instituições de Ensino, ONG's, Movimentos Sociais, Sindicatos, Feiras, Instituições de Ensino Superior autorizadas ou reconhecidas.	
Até 24 horas	Máximo 50 pontos (05 pontos por evento)
> 24 horas	Máximo 60 pontos (05 pontos por evento)
Visitas temáticas (técnicas) ou excursões de estudo organizadas pela UFRB ou Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC ou por Associações Profissionais, excetuando-se as atividades previstas no Projeto Pedagógico de cada curso, com aprovação da Coordenação do Curso anterior à viagem.	
Até 16 horas	Máximo de 30 pontos (5 pontos por visita)
>16 horas	Máximo 50 pontos (5 pontos por visita)
<b>Apresentação de trabalhos em eventos</b>	
Oral	Máximo 50 pontos (06 pontos por apresentação)
Pôster	Máximo 20 pontos (04 pontos por apresentação)
Outras modalidades (protótipos, produtos educacionais, jogos didáticos, modelos didáticos)	Máximo 30 pontos (05 pontos por apresentação)
<b>Publicação de trabalhos em eventos</b>	
Resumo	Máximo 15 pontos (03 pontos por publicação)
Expandido	Máximo 20 pontos (05 pontos por publicação)
Trabalho completo	Máximo 30 pontos (10 pontos por publicação)
<b>Publicação de livros, capítulos de livros, periódicos ou jornais com autoria ou coautoria.</b>	
Livro sem ISSN ou ISBN	Máximo 30 pontos (10 pontos por publicação)
Livro com ISSN ou ISBN	Máximo 60 pontos (20 pontos por publicação)
Capítulo de livro sem ISSN ou ISBN	Máximo 30 pontos (06 pontos por publicação)
Capítulo de livro com ISSN ou ISBN	Máximo 32 pontos (08 pontos por publicação)
Publicação em periódicos Indexados	
Qualis A	Máximo 80 pontos (40 pontos por publicação)
Qualis B	Máximo 60 pontos (30 pontos por publicação)
Qualis C	Máximo 40 pontos (20 pontos por publicação)
Publicação em periódicos não Indexados	Máximo 20 pontos (05 pontos por publicação)
<b>Atividade de extensão</b>	
Até 02 dias	Máximo 20 pontos (05 pontos por participação)
> 2 dias	Máximo 40 pontos (05 pontos por participação)
<b>Organização de eventos:</b> Comissão organizadora de Seminário, Congresso, Simpósio ou Eventos de natureza acadêmica e profissional ligados à Educação Básica ou Superior do Campo ou áreas afins, organizados pela UFRB e ou por instituições públicas, privadas de assessorias educacionais de ensino, ONG'S, Movimentos Sociais, Sindicatos, Cooperativas ou Feiras.	
Local: até 02 dias	Máximo 10 pontos (05 pontos por organização)
Local: > que 02 dias	Máximo 15 pontos (05 pontos por organização)

Regional: até 02 dias	Máximo 20 pontos (10 pontos por organização)
Regional: > que 02 dias	Máximo 30 pontos (10 pontos por organização)
Nacional: até dois dias	Máximo 30 pontos (10 pontos por organização)
Nacional: > 02 dias	Máximo 40 pontos (10 pontos por organização)
Internacional: até 02 dias	Máximo 45 pontos (15 pontos por organização)
Internacional: > que 02 dias	Máximo 60 pontos (20 pontos por organização)
<b>Participação em Grupos</b>	
Grupos de estudo	Máximo 24 pontos (06 pontos por semestre)
Grupos de pesquisa	Máximo 30 pontos (06 pontos por semestre)
<b>Membros ou associados de Conselhos ou Entidades de Classe</b>	
Conselho Superior da Universidade, Câmaras, Comitê de Bacias Hidrográficas, Conselho Setorial, Colegiado de Curso e Comissões Permanente.	Máximo 20 pontos (05 pontos por semestre)
Direção de Sindicatos, Associações, Cooperativas, Federações, Movimentos Sociais, Fóruns.	Máximo 40 pontos (05 pontos por semestre)
Associado atuante de Sindicatos, Associações, Cooperativas, Federações, Movimentos Sociais, Fóruns.	Máximo 30 pontos (05 pontos por semestre)
<b>Cursos na área de formação ou áreas afins:</b> Cursos de aperfeiçoamento realizados pela UFRB ou outras IES reconhecidas e autorizadas pelo MEC OU Conselhos Estaduais de Educação, ONG'S, Movimentos Sociais, Sindicatos, Associações, Cooperativas, Federações, Secretarias Municipal e ou Estadual de Educação, Museu, Centros Culturais, Bibliotecas, Escolas de Cursos Livres reconhecidos e Autorizados pelos órgãos competentes.	
Até 08 horas	Máximo 20 pontos (05 pontos por curso)
De 08 a 20 horas	Máximo 30 pontos (10 pontos por curso)
> que 20 horas	Máximo 40 pontos (10 pontos por curso)
Componentes Extra Curriculares na área do Conhecimento	Máximo 30 pontos (10 pontos por curso)
Curso de idiomas	Máximo 30 pontos (10 pontos por curso)
Curso de informática	Máximo 30 pontos (10 pontos por curso)
<b>Premiações</b>	
Na área do conhecimento	Máximo 10 pontos (05 pontos por premiação)
Em áreas afins	Máximo 05 pontos (01 ponto por premiação)
<b>Atuação profissional</b>	
Estágios extracurriculares formalizados por Instituições reconhecidas, por tempo mínimo de seis meses.	Máximo 40 pontos (20 pontos por semestre)
Experiência profissional em atividade de liderança, coordenação, gerência e outras relacionadas ao curso que faz.	Máximo 40 pontos (20 pontos por semestre)
Assistência técnica na área da	Máximo 40 pontos (05 pontos por semestre)

Educação.	
<b>Casos especiais</b>	
Mesários	Máximo 20 pontos (10 pontos por eleição)
Júri	Máximo 20 pontos (10 pontos por eleição)
Fiscal: Vestibular, Enem, Concurso.	Máximo 20 pontos (05 pontos por participação)

§1º. Cada ponto obtido corresponderá, para efeito de integralização curricular, a uma hora de ACC, até o limite máximo de 200 horas.

§2º. Os grupos de estudos deverão ser cadastrados no Centro e o aluno deverá ter pelo menos 75% de frequência.

§3º. Para validação, as atividades complementares deverão ter sido realizadas durante o Curso, salvo no caso de aproveitamento de disciplinas cumpridas em outros cursos superiores, desde que reconhecidos e autorizados pelo MEC.

## CAPÍTULO VI Das Disposições Gerais e Transitórias

**Art. 10º** Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo CONAC.

**Art. 11º** Este regulamento entrará em vigor na data da sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Cruz das Almas, **XX de XXXXXXXX de 2018.**

**Silvio Luiz de Oliveira Soglia**  
**Reitor**  
**Presidente do Conselho Acadêmico**